

caSa Santa

REVISTA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE - SEMESTRAL - ANO XVI - MARÇO/2010 - N.º 31 - PREÇO: 2,50 €



MISERICÓRDIA VILA DO CONDE



1510-2010

A IGREJA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE: *imitatio* e retórica na arquitectura religiosa nortenha do início do século XVII

José Ferrão Afonso¹

I – O plano

Em 7 de Março de 1599, a irmandade da Misericórdia de Vila do Conde reuniu-se para debater a construção de uma nova igreja. Dispunha, para esse fim, de certa maquia que lhe fora deixada pelo licenciado Jerónimo Veloso. Por vontade expressa deste último, colocava-se uma dupla escolha aos confrades: «... se fazer outra nave na casa ou o que parecesse aos irmãos...». Discutida a questão entre todos, feitas as contas ao preço que poderia custar «...o fazer se nave ou fazer se de novo huma igreja dū so corpo, per não serem as paredes nem cumprimento capas de se fazer outra nave e de ficar obra perfeita...» decidiu-se, por unanimidade, que o novo templo

seria de nave única «...se fasa de novo capella e quasa tudo duma so agoa e do so corpo...», conforme a traça que lhes foi, nessa mesma ocasião, mostrada. O provedor e os irmãos foram então autorizados a pôr a obra a pregão e a contratarem-se com o mestre, ou mestres, que apresentassem a melhor proposta.

No mesmo dia a obra foi arrematada, através de um lanço de setecentos mil reis, aos mestres pedreiros Gregório Lourenço, Gaspar Gonçalves, Pantaleão Brás e António de Sousa, todos moradores no Porto, que se comprometeram a executá-la «na forma dos aponnamentos e trasa declarada»². Em 10 de Março do mesmo ano, os mestres viriam a contratar a fábrica da nova igreja³, que sucedeu a uma anterior, cuja autorização de construção e erecção fora concedida, por carta apostólica de Paulo III, em Fevereiro de 1534⁴. Desta última

deveria ser aproveitada toda a pedra de esquadria e alvenaria, com excepção da utilizada nas ameias; manter-se-ia ainda intacto o lajeamento do corpo do templo até aos degraus que o apartavam da área da cabeceira. Por sua vez, a pedra de esquadria, destinada a ser lavrada e empregue nos cunhais e capelas da nova igreja, deveria ser procedente das pedreiras da Madalena, ou de qualquer outro local, contanto que fosse de qualidade idêntica: «...ou d'outra tam boa como nella ou melhor que menos não»⁵.

O que o escrivão reproduziu como tendo sido a última vontade de Jerónimo Veloso «...pera se fazer outra nave na casa ou o que parecesse aos irmãos...»⁶, apenas faria sentido se o benemérito intentasse transformar a igreja de nave única então existente, através da criação de um transepto – a «nave» mencionada, – num templo com uma espacialidade tridentina em cruz latina. A afirmação, feita no contrato, de que o lajeado da sua nave transitaria inalterado para a nova igreja, o que seria impossível se possuísse suportes isentos, aponta também para esse modelo planimétrico, cuja divulgação em Portugal se deve ao arcebispo dominicano

de Braga Frei Bartolomeu dos Mártires. Imediatamente após o seu regresso de Trento, o arcebispo implementou-o em São Domingos de Viana (i.1566) e São Gonçalo de Amarante (i.c. 1564), para tal tendo contado com a muito provável colaboração de Frei João de Leiria e do mestre pedreiro portuense Manuel Luís⁷. Para esse contributo teria sido decisiva a experiência adquirida por este último na Igreja da Graça coimbrã (1544-1553)⁸, em que Diogo de Castilho aperfeiçoaria uma planimetria, de corpo único e criptocolaterais, previamente esboçada em Santa Cruz. Mais tarde, a Companhia de Jesus adoptou-a nas igrejas nortenhas de S. Lourenço do Porto (i.1573) e de S. Paulo em Braga (1566-c.1588). Neste último caso, apenas depois de 1579, quando o plano inicial foi alterado, contemplando um transepto inscrito, actualmente marcado por grandes retábulos⁹, articulado com uma capela-mor profunda. Esse tipo de nave transversal parece, aliás, ter tido um precedente na primitiva igreja do mosteiro agostinho da Serra do Pilar¹⁰.

Antes de adoptarem a planta de cruz latina, os Jesuítas portugueses teriam, segundo Kubler,

1 Doutorado em Teoria e História da Arquitectura pela ETSAB da Universidade Politécnica da Catalunha, Assistente Regente da Escola das Artes do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa. Investigador do CITAR da E.A./UCP/CRP.

2 Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja, 1599*, Março 7, fl. 58vº e ss. Ver Apêndice Documental, Documento n.º 1.

3 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja, 1599*, Março 10, fl. 74 e ss. Ver Apêndice Documental, Documento n.º 4. A afirmação de Mons. José Augusto Ferreira, segundo a qual a obra teria sido iniciada em 1559, resulta, portanto de um lapso (FERREIRA, Mons. José Augusto – *Vila do Conde e o seu alfoz. Origens e Monumentos*. Porto: Marques Abreu, 1923, p. 28).

4 A autorização de construção, não só da igreja mas também do hospital, foi concedida em resposta à súplica do leigo João de Rates, morador em Vila do Conde (ASCMVC, *Documentos Dispersos, Carta Apostólica de Paulo III, 1534*, Fevereiro, [s. n. fl.]. Em 14 de Maio de 1525, Pêro Anes, abade de Retorta, com a concordância do provedor e irmãos, comprometera-se a construir uma igreja à sua custa: «... Convem a saber capella e corpo de Nossa Senhora da Misericórdia...», nos enxidos e casa que Álvaro Fernandes da Rua e sua mulher tinham deixado à confraria, situados «...na rua defronte do esptall...» (ASCMVC, *Livro 1.º de Registos desta Santa Casa*, fl. 5). Monsenhor José Augusto Ferreira refere essa doação: «...para esse fim Alvaro Fernandes da Rua e sua mulher cederam o terreno, onde se edificou a Santa Casa da Misericórdia no sitio em que se encontra hoje, e foi feita à custa de Pedro Annes, abade de Retorta» (Cf. FERREIRA – *Vila do Conde...* p. 28). O templo, contudo, apenas foi iniciado alguns anos após 1534. Para a sua construção foi necessária a doação de um enxido, feita por João da Maia e sua mulher Isabel Gomes à Misericórdia em 14 de Maio de 1536, portanto dois anos após à carta de Paulo III: «...todo o enxido de suas casas que elles té que esta a cabo da dita casas da Misericórdia ho quall xydo dão da porta travessa da dita Misericórdia para tras ate a capella...» (ASCMVC, *Livro 1.º dos Registos desta Santa Casa o qual teve principio no anno de 1525*, fl. 11). A capela que aí se refere não pode ser ainda o templo que foi autorizado pela carta de Paulo III, visto, como se deprende pela leitura do documento, ela estar recuada em relação à casa de despacho, mas sim a ermida que o precedera: «...é tradição, abonada com documentos, que no local da Igreja estava a Capella de S. Miguel, que foi demolida para se levantar o novo edificio religioso...» (FERREIRA – *Vila do Conde...* p. 28). A Misericórdia de Vila do Conde foi fundada, com Casa da Irmandade e Hospital, «...nos prédios adjacentes d'um e outro lado da Capella do Espírito Santo, no anno de 1510...» (ibidem, p. 28). Quando da instituição do hospital de Nossa Senhora da Conceição, em 1617, o velho hospital ou albergue do Espírito Santo foi extinto (ibidem, p. 29).

5 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja, 1599*, Março 10, fl. 57 vº e ss. Ver Apêndice Documental, Documento n.º 4.

6 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja, 1599*, fl. 58. Ver Apêndice Documental, Documento n.º 1.

7 O arcebispo de Braga Frei Bartolomeu dos Mártires, recém-chegado do concílio de Trento, esteve, provavelmente com o também dominicano Frei João de Leiria, que o substituiu na direcção do bispado durante a sua estadia em Itália, associado a esses projectos. Em ambos pode ter tido a colaboração de Manuel Luís, embora em Amarante a igreja apenas viesse a desenvolver-se definitivamente em 1581, sendo vigário Frei António dos Santos. Em Fevereiro desse ano indica-se que Manuel Luís é já mestre das obras do convento, sendo testemunha na instituição de uma importante capela, dedicada a S. Gonçalo pelo antigo bispo de Malaca Dom Frei Jorge de Santa Luzia (ADP, *Fundo Monástico*, Convento de S. Gonçalo de Amarante, Livro 78, 1581, Fevereiro 28, fl. 190 vº. Apud AFONSO, José Ferrão – «A herança do muratore: consuetudo, sprezzatura e a arquitectura religiosa do Noroeste português na segunda metade do século XVI». Comunicação apresentada ao II Congresso Internacional de Amarante, Maio de 2008 (no prelo).

8 O nome de Manuel Luís surge entre o dos pedreiros que trabalharam na Graça (Arquivo Distrital de Braga, Ms. 1019, fls. 8, 108-108vº, 113, 166. A assinatura de Manuel Luís encontra-se no fl. 108. Apud CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos – *O Renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitectónicos*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra na especialidade de História de Arte [edição policopiada], vol. I. Coimbra: FLUC, 2002, p. 478). Embora a assinatura constante do livro de obras da Graça seja diferente e, sobretudo, mais simples daquela que mais tarde, como mestre, viria a utilizar em diversa documentação publicada, é possível que se trate do mesmo personagem. De qualquer modo, mesmo que Manuel Luís não tenha trabalhado na Graça, tudo indica que tenha conhecido essa obra e que tenha mantido contactos estreitos com o ambiente construtivo coimbrã nos meados do século (cf. AFONSO – «A herança...»).

9 Em 1579 foi ordenada, na igreja jesuíta de S. Paulo, a construção de um cruzeiro com 30 palmos pelo visitador padre Manuel de Sousa. Depois de construído, a igreja ficaria «muito boa e capaz» (MARTINS, Fausto Sanches – *A arquitectura dos primeiros colégios jesuítas de Portugal: 1542-1759: cronologia, artistas, espaços*. Tese de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Texto policopiado]. Porto: FLUP, 1994, p. 522).

10 GONÇALVES, A. Nogueira – «O Claustro do mosteiro da serra do Pilar», in *Estudos de história de arte da Renascença*. Porto: Paisagem Editora, 1984, p. 109

«criado» o modelo da igreja-caixa com criptocolaterais que utilizaram em Évora, no Espírito Santo, e Lisboa, em S. Roque¹¹. A esse respeito não podemos, todavia, deixar de salientar dois aspectos: em primeiro lugar a sua continuidade planimétrica, assinalada também por Kubler, em relação a espaços mendicantes góticos e, em segundo, a importância da matriz da Foz do Douro, erguida por Francisco de Cremona para D. Miguel da Silva entre 1528 e os finais da década de 40, para o desenvolvimento no Norte do país de variantes regionais do tipo de nave única. Com efeito, a igreja «caixa» de Cremona foi rematada com uma cabeceira tripartida em que se constata a influência das interpretações albertianas do arco triunfal romano, mormente na fachada e arco cruzeiro de Santo André de Mântua e da relação próxima entre arquitectura e retórica. O mesmo tipo de cabeceira, sem a cúpula, mas mantendo as exedras ladeando o arco central, vai-se repetir, por exemplo, na Misericórdia do Porto

(1552?-1589) e em S. Gonçalo de Amarante, ambas de Manuel Luís, e na igreja jesuíta de S. Paulo em Braga¹².

Todavia, até muito recentemente as informações sobre a posterior adopção dessa morfologia associavam-na, não propriamente ao Norte, mas a Coimbra. Assim, Nogueira Gonçalves refere a possibilidade de João de Ruão ter perfilhado o modelo da cabeceira tripla na igreja da Misericórdia cuja edificação contratou, em 1546, com o patrocínio de Diogo de Castilho¹³; ambos conheciam certamente a obra de Cremona na Foz, já que dirigiam, desde 1537, os trabalhos do mosteiro da Serra do Pilar. Posteriormente, uma parede fundeira similar, em que se rasgaram três arcos escalonados onde foram encaixados retábulos, foi adoptado na igreja da confraria em Braga (1561-1564), que se deve atribuir também a Manuel Luís, cujas relações estreitas com João

de Ruão já foram anotadas¹⁴. A perfilhação, por uma Misericórdia nortenha, desse económico modelo de igreja-caixa, sem criptocolaterais e com cabeceira tripla sugerindo um arco triunfal deverá, contudo, ser pelo menos uma década anterior à data de 1546. Com efeito, a edificação do templo da confraria vila-condense, logo após 1536, colocou-o à cabeça dessa série, já que, segundo o que se expressa na licença pontifícia, ele apenas poderia ter três capelas: Nossa Senhora da Conceição, Santo Estêvão e Santa Catarina, o que aponta para uma cabeceira tripartida¹⁵.

Se assim foi, esse precoce tipo de cabeceira associado a uma nave única sugere, não apenas a matriz da Foz, mas também o nome do seu projectista Francisco de Cremona, a quem Rafael Moreira atribui o contemporâneo Paço de Concelho de Vila do Conde (1538-1544)¹⁶. Refira-se, a esse propósito, que não só a cronologia do templo coincidiria aproximadamente com a do Paço do Concelho, mas também que em Vila do Conde existe ainda hoje uma ermida de origem quinhentista, a de Santo Amaro, que, embora muito modificada, conserva ainda traços da singular morfologia «fozeira», com um presbitério poligonal, coberto por cúpula, rematando um corpo rectangular. Assim, tivessem a igreja da Misericórdia vila-condense sido desenhada pelo italiano, a sua cabeceira pode-

ria seguir o modelo da abside central ladeada por duas exedras de menores dimensões; tudo indica que o Cremonense projectou ainda na Foz do Douro, na Cantareira e junto do farol de S. Miguel-o-Anjo, uma morfologia idêntica em capela dedicada a Nossa Senhora da Lapa, cuja nave se concluiu num presbitério em meia laranja¹⁷.

A referência à existência de ameias na primeira igreja da Misericórdia de Vila do Conde não será suficiente para invalidar completamente essa hipótese já que, dado que não é especificado o seu tipo, poderiam ser à «romana». Ressalve-se, contudo que, se em 1552 Gonçalo Lopes fechou a abóbada artesoadada do presbitério da matriz de Azurara, esse «arcaísmo» poderia dever-se ao facto de essa cobertura ser a prevista na traça original; pelo contrário, as duas capelas, igualmente góticas, do transepto da matriz de Vila do Conde, erguidas já na década de quarenta, podem ter resultado de projectos contemporâneos¹⁸. Será, por conseguinte, arriscado, baseando-nos apenas no ambiente construtivo vila-condense da época, afirmar qual a filiação estilística da igreja que a Misericórdia ergueu na segunda metade da década de trinta. Mas, pelas razões apontadas – existência de um corpo unificado de proporções «humanistas» em duplo quadrado e de uma cabeceira tripla – inclinamo-nos para

11 KUBLER, George – *A arquitectura portuguesa chã. Entre as especiarias e os diamantes: 1521-1706*. Lisboa: Vega, 1988, p. 59 e ss.). A casa professa de S. Roque foi fundada em 1553; a igreja, porém, apenas será alicerçada em 1567 por Afonso Álvares, que alterou o antigo plano de três naves para um espaço unificado. Posteriormente, a investigação levada a cabo por Fausto Sanches Martins viria a pôr em causa a cronologia e as atribuições referidas por Kubler relativamente à igreja do Espírito Santo. Assim, a planta do templo do Colégio jesuíta de Évora, fundado em 1554, apenas em 1566 foi aprovada em Roma e deve-se a Diogo de Torralva, não a Manuel Pires como refere Kubler (MARTINS – *A arquitectura...*, p. 50).

12 O Colégio jesuíta de Braga, cuja igreja arrancou em 1566, teve como mestre António Gonçalves, morador na freguesia de Sequeira, termo de Barcelos. Em 1572 assina, juntamente com o também pedreiro Afonso André, morador na freguesia de S. Martinho de Dume, como testemunha num acto notarial aí efectuado (Arquivo Distrital de Braga, *Nota Geral*, 1.ª Série, 14, 1572, Janeiro 4, fl. 73 vº). Em Maio desse mesmo ano indica-se que era «mestre das obras deste Colégio»; o seu filho, o também pedreiro António Sequeira, devia igualmente trabalhar na casa jesuíta, pois ambos assinam como testemunhas noutro documento notarial aí firmado (ADB, *Nota Geral*, 1.ª série, 14, 1572, Maio 19, fl. 18 vº). Em 1576 António Sequeira é intitulado «mestre das obras», provavelmente do Colégio de S. Paulo (ADB, *Nota Geral*, 1.ª Série, 28, 1576, Outubro 14, fl. 132 vº e ss.). Em 1582, o mesmo António Sequeira surge como mestre das obras do vizinho seminário de S. Pedro, no Campo da Vinha, cargo que partilhava com o também mestre pedreiro Diogo Vaz, indicando-se que seu pai António Gonçalves tinha já morrido. Ambos tinham contratado, em 26 de Maio de 1579, a construção de um lanço desse edifício que inicialmente estaria a cargo do mesmo Jorge Gonçalves (ADB, *Nota Geral*, 1.ª Série, 43, 1582, Março 5, fl. 11 e ss.). Podemos, por conseguinte, concluir que António de Sequeira e Diogo Vaz se sucederam, nesse ano de 1579, no cargo de mestres das obras do seminário, a António Gonçalves (todas as referências apud: AFONSO – «A herança...»). Como o seu pai antes dele, António de Sequeira deveria acumular, por conseguinte, o cargo de mestre das obras do Seminário e do Colégio. Fausto Sanches Martins informa-nos que, precisamente nesse ano de 1579, se reiniciaram, com importantes alterações na planta, as obras da igreja de S. Paulo (MARTINS – *A arquitectura...*, pp. 579-570). A esse propósito, Rafael Moreira salienta que nas Misericórdias de Braga e do Porto a nave única termina em arco triunfal ladeado por exedras, em que se patenteia bem o modelo inaugurado na matriz da Foz. Nesse protótipo se baseariam todas as Misericórdias do país, colocando desse modo em causa a pretensa originalidade do arquitectura jesuíta (MOREIRA, Rafael – «Portugal, Roma e Galiza: Frei Julião Romero e a Arquitectura da Contra-Reforma», in *Do Tardo-Gótico ao Maneirismo. Galiza e Portugal*, [s.l.]: Fundación Pedro Barrié de la Maza/Fundação Calouste Gulbenkian, 1995 p.228). Moreira anota ainda a relação entre os projectos do Colégio de S. Paulo em Braga e da matriz da Foz do Douro, na linha de uma filiação geral das igrejas jesuítas no templo de Francisco de Cremona (idem – «Arquitectura: Renascimento e Classicismo» in *História da arte portuguesa*, com direcção de Paulo Pereira, vol. II, Lisboa. Círculo de Leitores, 1995, p. 360).

13 GARCIA, Prudêncio Quintino – *João de Ruão, Documentos para a biografia de um artista da Renascença*, Coimbra, 1913, pp. 196-197. Ver ainda: GONÇALVES, Nogueira – «O escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra», in *Estudos de história da arte da Renascença*. Porto: Paisagem Editora, 1984, p. 171.

14 Ver AFONSO – *Manuel Luís – Um contributo para o estudo de um mestre pedreiro quinhentista*, separata da revista *Museu*, IV Série, n.º 6, 1997, p. 11. RUÃO – *O Eupalinos...*, vol. II, p. 416. AFONSO – «A herança...»

15 Outras razões apontam igualmente para essa conclusão: a manutenção, já referida, do lajeamento do primitivo corpo da igreja no novo templo impediria a existência das capelas laterais; elas também não são referidas no contrato e nos apontamentos, o que seria natural se tivessem feito parte do antigo templo.

16 MOREIRA, Rafael – «D. Miguel da Silva e as origens da arquitectura do renascimento em Portugal», in *Mundo da Arte*, II Série, I (Abril, Maio, Junho 1988), p. 22.

17 ADP. *Fundo Monástico*, Mosteiro de Santo Tirso, K/25/14, cx 323, *Tombo da Igreja e Couto de S. João da Foz (c. 1626-c. 1649)* [s/n. fl.]. No Tombo são referidas as diversas obras empreendidas por D. Miguel da Silva em S. João da Foz: a igreja matriz, o farol e um padrão no meio do rio: «...hã guarita dentro na agoa que he como balisa a modo de padrão...». Para além, destas, que são conhecidas, adianta-se ainda: «...Fez na Cantareira hã ermida de Nossa Senhora, obra reall grandiosa, de meia laranja, e em hã lanço della para a parte do rio pos hã letreiro...». Esta capela deve ser a que actualmente se designa de Nossa Senhora da Lapa e foi reconstruída, em 1819, ao gosto neoclássico. Substituiu uma anterior, fundada em 1340 segundo inscrição visível da fachada (ver sobre a capela: QUARESMA, Maria Clementina – *Inventário Artístico de Portugal. Cidade do Porto*. Lisboa: SNBA, 1995, p. 63). É, porém, possível que algumas das cornijas actuais tenham sido reaproveitadas do edifício quinhentista, e que as inscrições actuais reproduzam a que o Tombo beneditino salientou, o que seria bem plausível, dado o gosto epigráfico e antiquário do bispo D. Miguel da Silva (cf. AFONSO – «A herança...»).

18 A construção da capela do lado do Evangelho, cujo orago original era S. Miguel-o-Anjo, poderá ter resultado da demolição da antiga ermida com a mesma invocação, que se ficou a dever à edificação, no mesmo local, da igreja da Misericórdia.

o partido de um templo inovador que pode ter sido projectado, ou influenciado, por Francisco de Cremona. Aliás, a própria empresa de substituição dessa igreja sugere a mesma possibilidade.

Qual seria a razão, ou razões, que teriam levado o provedor e irmãos a substituir, não só as paredes laterais e fronteira, mas, igualmente, a cabeceira de uma igreja que não teria mais do que sessenta anos de existência? É verdade que, entretanto, tinham sucedido Trento e a instauração de uma prática devocional congregacionista e uma nova liturgia sacramental, mas esse facto, por si só, poderia não ser suficiente para a permuta. Na Foz, por exemplo, a cabeceira original manteve-se intacta até que a igreja foi desactivada em 1646; nas matrizes de Vila de Conde e Azurara, as capelas góticas de remate das naves conservaram-se inalterados até aos nossos dias. Assim, será mais ajuizado afirmar que as causas que estão na origem das transformações ocorridas na arquitectura religiosa a partir da segunda metade do século XVI não se devem apenas procurar no «precipitado» tridentino, mas se foram dirimindo ao longo de um complexo, constante e paciente cerzir de que ele foi o centro.

Senão vejamos: seria na zona da cabeceira que em 1599 sucederiam as mais importantes alterações planimétricas à antiga igreja, tendo as três capelas primevas sido substituídos pelos espaços actuais, entre os quais se destaca, pela sua profundidade, o central. Apesar da notoriedade dessa alteração, o que os irmãos decidiram foi a continuidade de uma arquitectura eclesial com provas dadas; optaram por um modelo de nave única e cabeceira tripartida que, para além da continuidade com o anterior, mantinha uma relação evidente com os templos das Misericórdias de Coimbra, Braga e Porto e sugeriria ainda, através da presença das colaterais, a espacialidade das igrejas-salão

de planta basilical. Em Vila do Conde, a magnífica matriz dos biscainhos e de João de Castilho, bem como a sua colaça de Azurara, na outra margem do Ave, seriam ainda nos finais do século arquétipos ponderosos no espírito dos mesários; a sua igreja manteria mesmo, no corpo, o mesmo esquema proporcional de racionalidade humanista que foi adoptado nas igrejas salão joaninas e transitou do templo anterior.

O papel cerzidor de Trento, todavia, seria graduado segundo as diferentes intensidades com que as autoridades eclesiásticas locais implementaram a doutrina conciliar. Em Braga, a cujo arcebispado Vila do Conde pertencia, essa escala alcançaria o grau máximo, já que a sua sede era ocupada em 1599 por Frei Agostinho de Jesus, que se notabilizou pela diligência contra-reformista e precoce compreensão das possibilidades representacionais da arquitectura pos-vitruviana. Nesse sentido, tomou a iniciativa de dotar com uma nave a neoplatónica planta centrada da ermida de Santa Ana, erguida por D. Diogo de Sousa em Braga, obra que esteve, aliás, a cargo do seu «mestre das obras do arcebispado», Manuel Luís¹⁹. A diligência posta pela confraria vila-condense na reforma de uma igreja da Misericórdia que poderia pecar por uma excessiva carga arqueológica e humanista, pode ter também partido dele e do aceso ambiente contra-reformista que se vivia na arquidiocese ou, pelo menos, ter tido a sua aprovação. Portanto, na escolha do modelo que em 1599 substituiu a primitiva igreja da Misericórdia de Vila do Conde entrou em jogo todo um vasto conjunto de referentes, não apenas religiosos, mas também antropológicos. Na verdade, a «cristianização» pos-tridentina teve a argúcia suficiente para identificar e incorporar aspectos relacionados com o gosto, práticas e devoções, não só das populações e suas agremiações, mas igualmente

te da hierarquia religiosa, de artistas e de comitentes.

2 – Os mestres pedreiros da «Petrificação»

Dos quatro mestres que assinaram o contrato em 1599, o mais importante foi Gregório Lourenço, activo entre 1576 e 1629. Filho de um mestre pedreiro bracarense, Diogo Gonçalves e natural de S. Martinho de Dume, instalou-se no Porto em 1576, cidade onde casou com uma filha do espadeiro Fernão Gonçalves, Jerónima Fernandes²⁰. É possível que em 1578, quando residia na Calçada dos Canos, trabalhasse no mosteiro de S. Bento da Ave-Maria²¹ sendo as suas obras maiores a nova igreja do mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho

de S. Salvador de Moreira da Maia (i. 1588)²² e a Misericórdia de Aveiro, iniciada em 1600²³. Gregório Lourenço, autor do risco desta última igreja, é então designado «arquitecto»²⁴. Participou ainda na importante obra do cais da Ribeira, com traça do engenheiro real António Costa e Manuel Luís²⁵, que contratou em 1593 e dirigiria até 1597²⁶. Em 1599 trabalha com o seu irmão Francisco João no mosteiro beneditino de Santo Tirso²⁷. Muito provavelmente, a obra de Moreira da Maia estaria concluída em 1622; a sua presença à frente desse estaleiro poderá explicar, como afirma Carlos Ruão, a sua ausência de outras obras importantes na cidade no primeiro quartel do século. De qualquer modo, o seu nome surge integrado nas equipas que, em 1618 e 1629, efectuam vistorias à Misericórdia do Porto, afirmando-se que residia nesta cidade²⁸.

20 ADP, *Fundo Notarial*, Po I, 3.ª Série, Livro 55, fls. 128vº-132. Apud RUÃO – «A Actividade do arquitecto maneirista Gregório Lourenço», in *Museu*, IV Série, n.º 6, 1997, p. 51. Diogo Gonçalves trabalhou na Misericórdia de Braga, onde executaria a *loggia* que ligava a casa de despacho e o claustro da Sé (ADB, *Nota Geral*, 1.ª Série, 35, 1579, Junho 23, fl. 21. Apud AFONSO – «A herança...»)

21 ADP, *Fundo Notarial*, Po I, 3.ª Série, Livro 62, fl. 159vº-162vº. Apud RUÃO – «A actividade...», p. 54.

22 Carlos Ruão afirma que Gregório Lourenço teria dirigido os trabalhos, cuja primeira pedra foi lançada em 1588, desde o seu início. Em 1593, quando do contrato para a construção do cais da Ribeira, afirma-se que trabalhava já aí, acumulando durante os anos 90, a direcção dos dois estaleiros (RUÃO – «A actividade...», pp. 60-61).

23 GONÇALVES, Nogueira – *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Aveiro (zona sul)*. Lisboa, 1959, p. 104. Ver ainda, sobre a Misericórdia de Aveiro e a sua autoria por Gregório Lourenço: NEVES, Amaro – *A Misericórdia de Aveiro: A maior do mundo, pois o he do reyno*. Dissertação de mestrado em História de Arte [exemplar fotocopiado]. Coimbra, Faculdade de Letras, 1995, pp. 265-269. Sobre Gregório Lourenço, irmão dos também mestres Belchior Lourenço, Francisco João e Salvador Nunes, provavelmente também de António Lourenço ver: RUÃO – «A actividade...», p. 44 e ss; os laços familiares acima indicados referem-se a p. 52. Um outro irmão de Gregório Lourenço, Baltasar João, trabalhou, sob as ordens de Manuel Luís, na obra da capela-mor da Misericórdia do Porto (RUÃO, Carlos – *O Eupalinos Moderno. Teoria e Prática da Arquitectura Religiosa em Portugal 1550-1640*. Dissertação de Doutoramento em Letras, área de História, especialidade em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. II. Coimbra: FLUC, 2006, p. 415, nota 996). Ruão atribui ainda a capela de S. Vicente, no claustro da Sé do Porto, a Gregório Lourenço (ibidem, p. 426 e ss).

24 Arquivo da Misericórdia de Aveiro, Livro 356, fls. 190-190vº. Apud NEVES – *A Misericórdia...*, p. 24. Na obra participou ainda, como aparelhador, o seu irmão Francisco João (NEVES – *A Misericórdia...*, pp. 33, 34, 38, 41). Até 1606, o nome de Gregório Lourenço surge associado à obra; a partir dessa data, o seu irmão e o cargo de aparelhador que desempenhava, são mencionados documentalmente em 1608, 1609 e 1610 (RUÃO – «A actividade...», p. 63).

25 Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Livro de Vereações* (1593), fls. 125vº e 126vº. Apud RUÃO, Carlos – *Arquitectura Maneirista do Noroeste de Portugal. Italianismo e Flamenguismo*. Coimbra, Electricidade do Norte, 1996, p. 207.

26 AHMP, *Cofre* (1590-1595), fls. 112vº-115vº. Apud SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo: Os homens, as instituições e o poder*, vol. II. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1998, p. 916. Entre os pedreiros que trabalhavam na obra encontramos os seus irmãos Francisco João e um filho deste, Pantaleão (AHMP, *Receitas e Despesas do cais da Ribeira*, fl. 292vº) e Salvador Nunes, também irmão de Gregório Lourenço (ibidem, fls. 174-174vº; ambas as referências apud RUÃO – «A actividade...», p. 56).

27 ADP, *Fundo Notarial*, Po I, 3.ª Série, Livro 117, fls. 78vº-79vº. Em 3 de Março de 1999 Gregório Lourenço e Francisco João dão-se por quitos de obras de pedraria que tinham efectuado no mosteiro beneditino de Santo Tirso. Apud RUÃO – «A actividade...», p. 56.

28 Vistoria de 1618, com Gonçalo Yaz, Valentim de Carvalho e o seu irmão Francisco João: Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, *Livro 2.º de Lembranças* (1609-1639), fls. 260vº-263. Vistoria de 1629, com Francisco João, Valentim de Carvalho, Custódio da Fonseca (filho de Gonçalo Yaz), Francisco Carvalho e Gonçalo Moreira: ibidem, fls. 437vº-438 (ambas as referências apud RUÃO – «A actividade...», p. 64).

19 Ver sobre Manuel Luís: AFONSO – *Manuel Luís...* Particularmente sobre a obra da capela de Santa Ana (1597): ibidem, p. 19.

Gregório Lourenço integrou uma geração de mestres de pedraria, cujo líder e pioneiro foi Manuel Luís, com apertados laços profissionais, estéticos, geográficos e, frequentemente, familiares. Muitos deles acorreram à cidade do Porto, a partir dos meados do século XVI, devido à «Petrificação»²⁹. Esta não se esgotou nos aspectos puramente construtivos que a palavra sugere; associou-se à transformação do antigo espaço fisiognómico medieval no espaço de representação da cidade mediadora do Estado Moderno. A «Petrificação» terá um ponto alto no início de Seiscentos, com a construção, entre outros, do Colégio jesuíta de S. Lourenço (i.1573), de S. Bento da Vitória (i.1589) e S. João Novo (i.1612), da rotunda de Santo Agostinho da Serra do Pilar (i.1597), da Relação (i. 1603), do hospital de Rocamador (i. 1595), do novo cais da Ribeira (i. 1593), da reconstrução da igreja e convento dos Lóios (i. 1593)³⁰, do convento do Carmo dos Carmelitas Descalços (i.1619) e da capela-mor

da Sé (1606-1610). A crise económica que a partir dos anos vinte de Seiscentos se abateu sobre a cidade e o País, com o consequente arrastar das obras, associada à conjuntura cultural contra-reformista de Seiscentos e às suas ambivalências de carácter teológico-político e retórico-poético, serão causas para a «arquitectura longa» que em artigo anterior associamos a esse período³¹.

Se Manuel Luís, o seu genro Gonçalo Vaz, Gregório Lourenço e Valentim de Carvalho serão os nomes mais sonantes ou, pelo menos, os mais estudados entre esse grupo³², ele comporta uma expressiva segunda linha que integrou, entre muitos outros, os outros três mestres da Misericórdia vila-condense: António de Sousa, Gaspar Gonçalves e Pantaleão Brás; todos eles, quando da prestação da fiança, se declararam pessoas «ricas e abastadas»³³. Pantaleão Brás, filho do também mestre de pedraria Brás Martins, cunhado de Gregório Lourenço³⁴, dirigiu a reconstrução da igreja de

Nossa Senhora da Vitória em 1604 e foi mestre do hospital de Rocamador na rua das Flores desde o ano seguinte até 1615³⁵. Participou com Gonçalo Vaz, Gaspar Gonçalves, Manuel Gonçalves e António João na arrematação da importante obra do aqueduto de Paranhos no início de 1603³⁶. Relacionada com esta última, faz uma parceria com Manuel Gonçalves e Gonçalo Vaz, para a execução, em 1604, da transformação da fonte das Congostas³⁷ e, em 1605, contratou a construção do aqueduto entre a porta do Olival e o terreiro de São Domingos, com os mesmos e ainda Gaspar Gonçalves³⁸. Em 1607 é referido, num documento relativo ao abastecimento de água do convento de S. João Novo, como sendo «mestre das obras de pedraria»³⁹. Possivelmente, esse cargo relacionava-se com os trabalhos de adaptação, preparação e limpeza que antecederam a construção do cenóbio propriamente dito, que só arrancaria em 1613, provavelmente com Gonçalo Vaz como mestre⁴⁰. Em 1609, a Câmara adjudicou a Pantaleão Brás e Manuel André a reconstrução do cais dos Banhos⁴¹;

essa obra integrava-se na enorme empreitada de reedificação da frente ribeirinha que já referimos. Interrompidos, seriam retomados em 1603-1604⁴² e, no ano seguinte, arrematados por uma equipa dirigida por Gonçalo Vaz e que integrava António de Sousa, Manuel Dias e Manuel Gonçalves, que se comprometeram a executá-los num prazo de dois anos; porém, provavelmente devido ao arranque dos trabalhos da Relação, a empreitada só entre 1609 e 1611 seria concluída⁴³. Gonçalo Vaz e o seu filho Custódio da Fonseca ainda contratariam em 1613 uma nova extensão de cais, até aos Guindais, finalizada em 1616⁴⁴. Duas equipas, integradas respectivamente por Pantaleão Brás e Manuel Gonçalves, Francisco Carvalho e António de Sousa foram vencidas nesse concurso⁴⁵. Em 1612, Pantaleão Brás, como membro da mesa da irmandade do convento de S. Francisco, foi consultado sobre a obra de uma lanterna que Valentim de Carvalho incluíra no projecto da capela de Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula, na igreja conventual⁴⁶. No ano seguinte, juntamente com

29 Ver sobre o conceito de petrificação: FREGNA, Roberto - *La pietrificazione del denaro. Studi sulla proprietà urbana tra XVI e XVII Secolo*. Bologna: Editrice Bologna, 1990, sobretudo p.22 e ss. Particularmente sobre a sua ocorrência no Porto ver: AFONSO, José Ferrão - *A imagem tem que saltar, ou o rebato dos signos. A cidade episcopal e o Porto intramuros no século XVI: propriedade, ritual, representação e forma urbana (1499-1606)*. Dissertação de Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura apresentada à Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona [exemplar policopiado], vol. I. Barcelona: UPC, 2008, p. 164.

30 Cunha e Freitas transcreve uma crónica da Ordem em que se afirma ter a primeira pedra sido lançada em 6 de Novembro de 1593. Refere, porém que o padre Novais adianta o ano de 1595 para o arranque dos trabalhos (FREITAS; Eugénio de Andreia da Cunha e - *O convento novo de Santa Maria da Consolação padres Lóios*. Documentos e Memórias para a História do Porto, vol. XVI. Porto: Câmara Municipal/Gabinete de História da Cidade, 1947, p. 27).

31 AFONSO, José Ferrão - «Um património sem tempo: a arquitectura "longa" de Quinhentos no Porto e os exemplos do hospital de D. Lopo de Almeida e do convento de S. João Novo», in *Boletim interactivo da Apha*, 2 (Novembro 2004) <http://www.apha.pt/boletim/boletim2>. A «Petrificação» teve ainda uma outra consequência: com ela o Porto tornar-se-á um importante centro difusor de modelos arquitectónicos. Logo em 1557, por exemplo, o mestre António Dias parte para Chaves «...com tenção de tomar e aver de fazer a obra de pedraria que hera emformado que se querya fazer da capela maior da igreja major da dita vyla de Chaves e que querya hyr perceydo de fiança e abonação para isso...» (ADP, *Fundo Notarial*, Po1, 3.ª série, Livro 15, 1557, Novembro 19, fl. 9 e ss). António Dias morava na rua de S. Miguel e apresentou como fador o mestre carpinteiro Gonçalo Afonso, morador no Carregal de Cima, sendo abonador da fiança o picheleiro Francisco Yaz, morador na rua da Fonte Taurina).

32 Ver: AFONSO - *Manuel Luís...*; idem - «Um património...»; idem - «A herança... Ainda sobre esses mestres, as suas obras e outros nomes importantes desse grupo, ver o capítulo do II volume da tese de Doutoramento de Carlos Ruão, intitulado «Os mestres dureenses» (Ruão - *O Eupalinos...*, vol. II, p.389 e ss). Os mais importantes entre eles seriam, para além de Manuel Luís, o seu genro Gonçalo Vaz, Gregório Lourenço e Valentim de Carvalho: «Todos desempenharam na plenitude o papel do arquitecto moderno, práticos na arquitectura e no debuxo, intervindo em obras de arquitectura religiosa e profana bem como no campo da engenharia e arquitectura militar» (ibidem, p. 389).

33 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja*, 1599, Abril 9, fl. 77vº. Ver Apêndice Documental, Documento n.º 3.

34 Gregório Lourenço, quando do dote prometido por Brás Martins e sua segunda mulher Catarina Fernandes em 1598 a Ana Martins, prometida ao pedreiro Gaspar Lourenço e filha do seu anterior casamento com Ana Brás, foi fador dos dotadores, adiantando-se que era seu cunhado (ADP, *Fundo Notarial*, Po1, 3.ª série, Livro 114, 1598, Março 22, fl. 75vº e ss. Apud RUÃO - *Arquitectura...*, p. 264). Catarina Fernandes seria irmã de sua mulher Jerónima Fernandes, com quem tinha casado em 1576 (ADP, *Fundo Notarial*, Po1, 3.ª série, Livro 55, fls. 128vº e ss. Apud RUÃO - «A actividade...»). No início de 1596, Pantaleão Brás trespassou a obra que era obrigado a executar no «chafariz dos Cavalos que está na rua Nova» para Francisco João, irmão de Gregório Lourenço. Este último seria testemunha desse contrato (RUÃO - *Arquitectura...*, p. 263).

35 Sobre a readaptação da igreja de Nossa Senhora da Vitória a paroquial, ocorrida em 1604 e que esteve a cargo de Pantaleão Brás, no que respeita à obra de pedraria, ver: BASTO, Artur de Magalhães - *Apointamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*. Documentos e Memórias para a História do Porto, vol. XXXIII. Porto: BPM, [s.d.], p.427; AFONSO - «Um património...», pp. 9, 12 e ss. Sobre a participação de Pantaleão Brás na obra do Hospital de D. Lopo de Almeida na rua das Flores, ver: BASTO, Artur de Magalhães - *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. II. Porto: SCMP, 1995, pp. 178 e ss; AFONSO - «Um património...», p. 5. Em 1615, Pantaleão Brás recebe o seu último pagamento como mestre da obra (BASTO - *História...*, vol. II, p. 193).

36 AHMP, *Cofre da Cidade, despesa (1603-1616)*, fl. 16vº. Apud SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto e o seu termo: Os homens, as instituições e o poder*, vol. II. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1998, p. 926. A obra incluída não apenas a condução da água de Paranhos à Porta do Olival, mas também a sua canalização para o chafariz de S. Domingos.

37 A obra foi primeiro arrematada, por Gonçalo Vaz, em 21 de Julho desse ano (AHMP, *Livro de Arrematações*, Livro 1.º, 1.ª parte, fls. 213-214). Como Pantaleão Brás e Manuel Gonçalves tivessem feito uma licitação mais baixa, no dia 28 do mesmo mês, foi decidido que os três tomassem a obra de parceria (AHMP, *Livro de Arrematações*, Livro 1.º, 1.ª parte, fl. 214. Ambas as referências apud RUÃO - *Arquitectura...*, p. 242).

38 AHMP, *Livro de Arrematações*, Livro 1.º, 2.ª parte, fls. 25-26. Apud RUÃO - *Arquitectura...*, p. 242.

39 ADP, *Fundo Monástico*, K/16/1149, Convento de S. João Novo, 1607, Maio 21, fl. 27. Apud AFONSO - «Um Património...», p. 10. Pantaleão Brás assina, como mestre das obras do convento, um contrato celebrado entre os Eremitas de Santo Agostinho e a viúva Maria Dias relativo à passagem da água, oriunda da Fonte das Virtudes, pelo quintal desta última.

40 Embora Gonçalo Vaz seja apenas referido documentalmente como mestre do convento por volta de 1617-1618 (BASTO - *Apointamentos...*, p. 537), é provável que detivesse esse cargo desde 1613, quando foi lançada a primeira pedra (AFONSO - *Um património...*, pp. 11, 17, 18).

41 AHMP, *Obras Públicas. Arrematações*, Livro 1, 2.ª parte, fl. 113vº. Apud SILVA - *O Porto...*, vol. II, p. 920.

42 AHMP, *Sobejo das Sisas, Próprias do Cofre*, fls. 30-30vº e Cofre, L. 4, fl. 114. Apud SILVA - *O Porto...*, vol. II, p. 916.

43 Contrato de 1603-1604: AHMP, *Cofre*, L. 4, fls. 199-199vº. Recomeço da obra em 1609, com a transcrição do respectivo contrato nos livros da Câmara: AHMP, *Cofre*, L. 4, fl. 205 e ss. Apud SILVA - *O Porto...*, vol. II, p. 919.

44 AHMP, *Cofre*, L. 2, [s.n.fl.]; idem, L. 5, [s.n.fl.]; Apud SILVA - *O Porto...*, vol. II, p. 920.

45 RUÃO - *Arquitectura...*, p. 245.

46 AHMP, *Livro 2.º das Lembranças (1609-1639)*, fls. 117vº-118vº. Apud RUÃO - *O Eupalinos...*, vol. II, p. 465.

Valentim de Carvalho e Manuel Gonçalves, efectuou uma vistoria no cano do aqueduto de Paranhos⁴⁷.

António de Sousa parece ter sido o mais afortunado, em termos sociais, do grupo: casou com Luísa Garcês, sobrinha de Silvestre Garcês, abade de São Pedro de Gondalães, julgado de Aguiar de Sousa⁴⁸ e aparentada com uma família do patriciado urbano portuense. É bem possível que fosse igualmente natural de Aguiar de Sousa e vivia em 1589 na rua do Padrão de Santo Elói⁴⁹. Em 1598 foi um dos fiadores, juntamente com Pantaleão Brás e Gaspar Gonçalves, do vimaranense Gonçalo Lopes, quando este contratou a obra do chafariz do Olival⁵⁰; foi ainda um dos mestres que esteve

com Gonçalo Vaz na construção da nova Relação a partir de 1607⁵¹. Dirigiu o lançamento de uma ponte em Matosinhos no ano de 1613, sendo pago pelo seu trabalho em Abril desse ano⁵² e em 1617 era o responsável pela fonte das Virtudes⁵³. Por imposição dos Agostinhos, porém, viria a ser substituído nessa obra, uma das mais notáveis do Porto seiscentista, por Gonçalo Vaz⁵⁴. No ano de 1630 estava ainda activo, tendo arrematado uma obra fora da Porta do Olival⁵⁵.

Por último, já referimos várias vezes o nome de Gaspar Gonçalves, associado, ou não, aos de Pantaleão Brás e António de Sousa, integrando uma das inúmeras parcerias que os pedreiros portuenses formaram para controlar

as numerosas obras da «Petrificação»⁵⁶. Saliente-se ainda que foi juiz do ofício de pedraria em 1599⁵⁷ e a igreja do convento de Santo Elói, no Porto, reconstruída a partir de 1593, teve, pelo menos em 1595, Gaspar Gonçalves como mestre⁵⁸. É, porém, muito possível que Jerónimo Luís, irmão ou parente próximo de Manuel Luís que trabalhou no convento em meados da década de oitenta⁵⁹ e fora convidado pelo conde D. Diogo Forjaz Pereira, em 1580, para projectar a capela-mor da igreja da casa irmã da Vila da Feira⁶⁰, tivesse sido o autor da traça que o padre Novais atribui ao «grande Architecto Manuel Garcez».

De facto, outras obras da «Petrificação» são imputadas pelo Beneditino a essa misteriosa figura⁶¹: a Fonte da Arca, que teria sido iniciada em 1608, quando Garcez, segundo o padre Novais, estava ainda a dirigir os trabalhos do vizinho convento de Santo Elói e a Relação filipina⁶². Poderá o Manuel Garcez do memorialista beneditino, que escrevia quase um século depois, identificar-se com a obra de Manuel Luís, já falecido em 1608, e dos seus familiares

e seguidores próximos? É bem possível; a incoerência cronológica, preterida em favor da coerência estilística dos pedreiros da «Petrificação» e da sua arquitectura «longa», pode ter-se ficado a dever a um processo de mitologização dessa figura central da arquitectura portuense.

3 – Uma obra que se arrasta

Gregório Lourenço pode hoje em dia ser considerado o mais importante mestre do grupo que trabalhou na obra de Vila do Conde. Porém, não o seria ainda à data da assinatura do contrato; entre todos, é aquele que hipoteca menos bens quando da fiança a que foram obrigados; apenas a casa em que morava com sua mulher Ana Brás na Calçada dos Canos. Os mais abonados são Gaspar Gonçalves e António de Sousa⁶³; este último, como se afirmou, casou no seio do patriciado portuense. Gregório Lourenço rapidamente abandonará a obra, devido talvez a estaleiros absorventes como o de Moreira da Maia e Aveiro. Assim, não

47 AHMP, *Livro de Vereações*, n.º 39, fl. 279v. Apud RUÃO – *O Eupalinos...*, vol. II, p. 481.

48 A.D.P., *Fundo Notarial*, Po1, 3.ª série, Livro 60, 1577, Setembro 25, fl. 51vº-54. Dote de casamento prometido por Silvestre Garcês para o pedreiro António de Sousa, morador no Porto, noivo da sobrinha do primeiro, Luísa Garcês. Consta de duas casas na cidade do Porto: uma na rua do Souto, outra na rua de Santo Elói. Uma das testemunhas, Pêro Gonçalves, lavrador morador no casal da Quintã, freguesia de S. Pedro de Gondalães, julgado de Aguiar de Sousa, é irmão de António de Sousa.

49 A.D.P., *Fundo Notarial*, Po1, 3.ª série, Livro 92, 1589, Fevereiro 7, fl. 125.

50 Como fiador, António de Sousa hipotecou a casa em que vivia na rua do Padrão de Santo Elói, situada frente ao convento do mesmo nome e outra sita na rua Detrás, ou seja as que lhe tinham sido doadas em dote de casamento. Para além de António Sousa, Pantaleão Brás e Gaspar Gonçalves, foram ainda fiadores os mestres de pedraria Brás Martins, Sebastião Álvares e Manuel Dias, os carpinteiros António Teixeira e André Fernandes, o ensablador Francisco Moreira e o cutileiro Pantaleão Álvares, todos moradores no Porto (ADP, *Fundo Notarial*, Po1, 3.ª Série, Livro 115, 1598, Setembro 12, fls. 153-158v. Apud RUÃO – *Arquitectura...*, p. 150).

51 Os outros foram Manuel Gonçalves, Manuel Dias, Brás Martins, Francisco João e Pantaleão Pereira. Ver AHMP, *Cofre da Cidade (1603-1616)*, fl. 56v. Apud BASTO, Artur de Magalhães – *Silva de História e Arte*. Porto: Livraria Progredior, 1945, p. 7. Sobre a participação dos restantes mestres nomeados, ver: RUÃO – *Arquitectura...*, p. 244). Dos dois últimos, Francisco João era irmão de Gregório Lourenço, Pantaleão Pereira seu sobrinho.

52 AHMP, *Livro 5 de Próprias do Cofre* [s.n.fl.]. Apud BASTO – *Apontamentos...*, p. 519.

53 ADP, *Fundo Monástico*, K/161/149, Convento de S. João Novo, 1617, Dezembro 30, fl. 39. Requerimento dirigido à Câmara pelos frades de S. João Novo: «Diz o padre prior e mais religiosos do mosteiro de São João do Monte da Hordem de Santo Agostinho, que no contrato que fizeram com Vossas Mercês em nome desta cidade sobre o quintal que deram para a obra da fonte das Virtudes, nos apontamentos que fizeram do que se avia de por na escritura ha cidade lhes avia de fazer; foi hũ delles que lhe fariam hũa arca sobre a sua da auguoa com hũa porta de ferro ou de pau muito bem chapeada com que a dita agoa fique segura e fora de perigo e se possa ver quando for necessario como se ve do terceiro capitolo dos apontamentos dos supplicantes, aseitado outrosi no 3.º capitulo dos apontamentos de Vossa Mercês. E porque na escritura que se fez e que esqueço o sobredito e podem duvidar os vereadores e officias da camara que succederm pello tempo adiante fazer a dita arca e porta, por não estar declarado na escritura, peço a vossa mercês pera se escusarem duvidas, declarem per seu despacho que a cidade sera obrigada a fazer a dita arca sobre a antiga dos supplicantes e asi a porta pera que fique segura a dita augoa e a possam ver ou antes de acabarem de servir dem a dita obra da arca e porta a quem a aia de fazer...». A fl. 39vº tem a seguinte declaração do Concelho: «... na escritura que se tem feito com Antonio de Sousa pedreiro se fez declaração no tocante a esta obra. Em Camara, 30 de Dezembro 617...». Deve ser respeitante a essa obra a alusão feita, a propósito de António Sousa, por Magalhães Basto nos *Apontamentos para um Dicionário* a uma provisão de Filipe II, datada de 13 de Março de 1617: «Sobre se fazer o caminho da Fonte das Virtudes» (AHMP, Livro 5 de Próprias [s.n.fl.]. Apud BASTO, *Apontamentos...*, p. 519).

54 ADP, *Fundo Monástico*, K/161/149, Convento de S. João Novo, 1617, Dezembro 30, fl. 40 e idem [s.d.], fl. 41]. Apud AFONSO – «Um património...», p. 11.

55 AHMP, *Obras Públicas. Arrematações*, Livro 3, fl. 339. Apud BASTO – *Apontamentos...*, p. 373.

56 Para além das obras indicadas, Magalhães Basto refere ainda que, em 1597, arrematou, com o pedreiro Gonçalo Ferreira, a calçada de alvenaria «... que se há de fazer por detras do mosteiro de Santo Elói até o Padrão...» (AHMP, *Obras Públicas. Arrematações*. Livro 3, fl. 42. Apud BASTO – *Apontamentos...*, p. 373); em 7 de Julho de 1603, desta vez em parceria com António João, rematou a obra e hacobramento do caes da Ribeira» (AHMP, Livro 3.º do Cofre, fl. 111. Apud BASTO – *Apontamentos...*, pp. 374-375).

57 AHMP, *Obras Públicas. Arrematações*, fl. 33. Apud BASTO – *Apontamentos...*, p. 373.

58 ADP, *Fundo Monástico*, Convento de Santo Elói, n.º 4382, Livro 25 de Prazos, 1595, Julho 29, fl. 342-347vº. Prazo de três vidas de uma meia casa feito pelo convento de Santo Elói a Gaspar Gonçalves, «mestre de pedraria e das obras do dito mosteiro» morador na rua da Reboleira (Apud AFONSO – *A imagem...*, vol. I, p. 134, nota 482. Por gralha, que aqui corrigimos, indica-se aí o nome de «Gonçalo Gonçalves»). O pedreiro António de Sousa – o mesmo que assina o contrato de construção da igreja da Misericórdia de Vila do Conde – é um dos homens-bons nomeados – o outro foi o carpinteiro Cristóvão Dias – para efectuar a vedoria à habitação, para que ela pudesse ser aforada a Gaspar Gonçalves.

59 Em 1585, Jerónimo Luís e João Francisco são dados como «residentes» no convento (ADP, *Fundo Monástico*, n.º 4366, Convento de S. Elói, Livro 9 de Prazos, fl. 26. Apud AFONSO – *A imagem...*, vol. I, p. 134). No mesmo ano, a 16 de Outubro, participa, com o carpinteiro Bartolomeu Duarte, na avaliação de uma casa situada frente ao convento, cuja obra fora embargada por sentença da Relação (idem, n.º 4384 Convento de Santo Elói, Livro 27 de Prazos, 1585, Outubro 16, fls. 60-67vº). Carlos Ruão admite que Jerónimo Luís seja irmão de Manuel Luís, ou pelo menos seu familiar próximo (RUÃO – *O Eupalinos...*, vol. II, pp. 362, 389, 391, 419). Sobre a sua figura e obra ver: ibidem, p. 419 e ss.

60 São Paulo, padre Jorge de – *O Convento da Feira, pelo padre Jorge de São Paulo* [edição policopiada]. Aveiro: Arquivo Distrital de Aveiro, 1951, pp. 197-200; GONÇALVES, A. Nogueira – *Vila da Feira. Castelo, convento, Misericórdia*. Vila da Feira: Câmara Municipal, 1978, p. 60.

61 Não se conhecem referências documentais a um mestre-de-obras, ou architecto com esse nome, a operar no Porto do início do século XVII. Existiu, porém, um Manuel Garcês, padre capelão do hospital de D. Lopo, que foi apontador da obra do hospital desde o seu início em 1605; porém, em Setembro desse mesmo ano seria substituído nessas funções (BASTO – *História...*, vol. II, pp. 180-185).

62 NOVAIS, Manuel Pereira de – *Anacrisis Historial*, vol. II. Porto: BPMP, 1902, p. 39.

63 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja*, fl. 65 vº e ss. Ver Apêndice Documental, Documento n.º 3.

consta já dos rolos de pagamentos que abrangem os anos de 1601 e 1602. Desse modo, a execução parece ter ficado a cargo de Gaspar Gonçalves, António de Sousa e Pantaleão Brás e da equipa que os acompanhava⁶⁴; eles, porém, não levariam a bom termo o estipulado em 1599, que obrigava à conclusão da empreitada no espaço de um ano. Em 1605 Gaspar Gonçalves e Pantaleão Brás já tinham abandonado Vila do Conde, subcontratando um trecho de fachada, o campanário e, no interior do templo, o lajeamento e degraus das capelas ao mestre local Luís Brás⁶⁵. Que, todavia, não deve ter recebido o dinheiro que lhe era devido e não avançou com a obra. Assim, em Março de 1606, conforme precatória do provedor da Misericórdia Pêro Pinto Cordeiro, Gaspar Gonçalves, Pantaleão Brás e António de Sousa estavam presos à ordem da Correição da Comarca do Porto «...por não hirem acabar a obra da casa da Santa Mysericórdia de Villa do Conde...». Como seu fiel carcereiro foi nomeado o pai de Pantaleão Brás, Brás Martins, morador na rua dos Canos; à sua guarda, deveriam concluir a construção que tinham abandonado. A prisão efectiva deve ter sido evitada *in extremis* pelo pagamento do contratado a Luís Brás; por dois recibos deste último ficamos a saber que em Junho desse ano tinha já recebido os vinte oito mil reis da parte, não apenas de Gaspar Gonçalves e Pantaleão Brás e António de Sousa «...mestres que forão da obra da casa da Santa Misericórdia...», comprometendo-se a arrancar com o estaleiro⁶⁶. Em Novembro, porém, Luís Brás não cumprira com esse compromisso que incluía o campanário ou, pelo menos, não o executou segundo o agrado dos confrades: «...o coal Luis Bras o

não faz nem a mais obra na forma do dito contrato asi nas molduras como na pedra...»⁶⁷.

Em 1609, uma carta precatória de Jácome Carneiro, juiz ordinário de Vila do Conde, informa-nos que os mestres António de Sousa e Pantaleão Brás – não se refere a Gaspar Gonçalves – tinham recebido os 700 mil reis que lhe eram devidos pelo contrato estabelecido com o provedor e irmãos da Misericórdia, mas abandonaram a obra sem a terem concluído; o que faltava executar poderia orçar em duzentos mil reis⁶⁸. Os mestres foram notificados para comparecer perante o juiz num prazo de três dias, a fim de se louvarem com o objectivo de ser feita uma vistoria, contabilizando o que estava feito e o que faltava fazer. Em Fevereiro do ano seguinte os ausentes louvaram-se em Luís Brás; esse acto, porém, não foi validado por não terem assinado os autos respectivos. Desse modo, o juiz louvou-se, à revelia deles, no mesmo Luís Brás, enquanto a Santa Casa viria a fazê-lo no mestre pedreiro Domingos Martins, morador em Azurara e que aí trabalhava, muito provavelmente na conclusão das obras abandonadas pelos mestres portuenses. Em Maio desse ano de 1610 ambos prestaram juramento de louvados, mas desconhecemos as peripécias sequentes do processo, visto a documentação depositada no ASCMP relativa à construção da igreja se esgotar nesse acto. Em 1604, a vizinha Casa de Despacho estava concluída, pois a obra de carpintaria foi arrematada ao mestre carpinteiro, morador em Vila do Conde, Francisco Pires. Entre os litigantes estavam outros mestres do Porto, como Baltasar Gonçalves, conhecido pela alcunha de «o Fidalgo»⁶⁹.

64 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja*, fl. 88 e ss. Os pedreiros Gonçalo João (idem, fl. 88, 98) e Bartolomeu Fernandes (idem, fl. 103vº) são ainda nomeados.

65 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja*, 1605, Julho 17, fl. 80.

66 Idem.

67 Idem, 1606, Novembro 8, fl. 86.

68 Idem, 1609, Novembro 4, fl. 106 e ss.

69 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja*, «Auto que se fes para se arematar a obra da carpintaria da casa nova da Misericórdia desta villa», 1604, Setembro 12, fl. 117.

4 – Decor e retórica

Para Vitruvius, o *decor* é uma das seis categorias estéticas que define, conjuntamente, a actividade do arquitecto e o seu trabalho. Apenas ele trata e une, de forma explícita, os dois domínios que, na empresa arqueológica da arquitectura do Renascimento, mais criticamente foram escrutinados: o juízo artístico – e os seus erros – e a selecção do ornamento, incluindo-se neste último a escolha das ordens. O *decor* possui uma lógica interna que mantém as formas juntas; implica unidade formal, de conteúdo e de propósito, respectivamente *consuetudo*, *statio* e *natura*. Apesar de o fazer de forma breve, Vitruvius descreve, sob a categoria de *decor*, um mecanismo embrionário que guia os julgamentos estéticos do arquitecto. Em primeiro lugar, posiciona a unidade de conteúdo, forma e propósito como uma parte distintiva da problemática arquitectónica. Em seguida, concede ao ornamento e às ordens um lugar central, embora não exclusivo, no estabelecimento de uma unidade semântica. Finalmente, destaca o carácter iconográfico da arquitectura, organizado na existência de um contrato social, firmado com uma audiência cujas expectativas devem ser conhecidas e cuja aprovação deve ser conseguida; é para benefício dessa audiência que a unidade e coerência devem ser preservadas. Finalmente, e mais importante para os seus leitores do Renascimento, Vitruvius propõe a *imitatio* como um esquema através do qual a coerência semântica é obtida. Estas considerações guiam o juízo de «certeza» do arquitecto vitruviano, circunscrevendo, simultaneamente, a latitude de que goza⁷⁰.

Se o juízo de «certeza» vitruviano era atingido através de uma narrativa em grande parte in-

terior à própria arquitectura, o juízo de «certeza» dos mestres da «Petrificação» decorre, em última análise, da possibilidade, entreaberta por Alberti e reafirmada por Serlio, de a retórica se substituir à poética. A uma relação interna e estrutural, produtora de uma estética solipsista e auto-suficiente, sucedeu a exterioridade da máscara que provoca o efeito desejado numa determinada plateia. Uma dupla restrição informava, portanto, a arquitectura da «Petrificação»: regulada por uma narrativa que lhe era estranha, integrava também um contrato social, mas em que o segundo outorgante se reduzira ao papel passivo de espectador no teatro dogmático da Contra-Reforma e o primeiro se debatia entre os apertados laços de uma organização corporativa ainda medieval. Daí decorreu, mais do que uma coerência formal, uma condição formal que as obras da arquitectura «longa» nortenha alcançaram nos finais do século XVI. Manuel Luís, após a exuberância, de raiz simultaneamente romana e flamenguista, que informou a sua obra entre as décadas de sessenta e oitenta, já a pusera em prática ao serviço de D. Agostinho de Castro. Referimo-nos a este último, um dos dignitários eclesiásticos que em Portugal melhor percebeu a importância e realidade de imagem na cidade contra-reformista, aplicando eficazmente o conceito na transformação da medieval e pacata Braga numa capital católica. Em colaboração com Manuel Luís, o seu «mestre das obras do arcebispo», não deverá, por conseguinte, ter sido alheio à concepção do importante convento bracarense de Nossa Senhora do Pópulo (i. 1595), cuja igreja se decidiu, escolasticamente, entre o revivalismo neo-medieval e o bom conhecimento da tratadística de origem vitruviana, nos valores pictóricos da discreta retórica da «traça sem estilo»⁷¹.

70 PAYNE, Alina A. – *The Architectural Treatise in the Italian Renaissance. Architectural Invention, Ornament and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 35 e ss.

71 Sobre o conceito de «traça sem estilo» ver: PEREIRA, Paulo – «A traça como único princípio. Reflexão acerca da permanência do Gótico na cultura arquitectónica dos séculos XVI e XVII», in *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Vega, 1995, p. 190 e ss.

5 – A imitatio

Nessa conjuntura, a *imitatio* seria entendida, não como *imago* da Antiguidade/Natureza mas como *mimesis* alusiva a um ubíquo lugar de onde procedia o sentido da arquitectura como representação. Desse modo, se a divulgação da tratadística e das gravuras avulsas desempenhou um importante papel na produção arquitectónica da época, ela seria sempre complementada, quando não suplantada, pela cópia, simultaneamente emulativa e canonicamente orientada, de modelos concretos. Assim, embora a fachada da Misericórdia de Vila do Conde nunca tenha sido concluída segundo a traça e os apontamentos fornecidos em 1599, pela leitura destes últimos compreendemos que deveria ter, com as suas irmãs de Braga e do Porto, duas frestas no tímpano, ladeando um óculo e, sobre o pórtico, um nicho central⁷². Seguiu-se, portanto, um protótipo cuja origem se poderá encontrar no Colégio dominicano de S. Tomás, em Coimbra (1547)⁷³ e posteriormente foi reproduzido e aperfeiçoado, entre outras, nas Misericórdias de Braga, Porto

e, muito provavelmente, Guimarães, por Manuel Luís. Será, porém, o portal de S. Martinho de Penafiel (c.1559-c.1570)⁷⁴, em que surgem os mesmos fustes lisos associados a capitéis jónicos do claustro da Serra do Pilar, a informar directamente o pórtico de Vila do Conde. Modelo que seria retomado em três portais que podemos atribuir a Gonçalo Vaz: o da rotunda da Serra do Pilar (i.1597); o de S. João Novo, embora com capitéis dóricos, e o de S. Lourenço, aqui com capitéis coríntios. Em todos eles foi utilizada a solução, divulgada por Serlio, das duplas-colunas assentes em plinto único; Gregório Lourenço adoptou-a ainda em Moreira da Maia e a possibilidade da sua participação ao lado de Gonçalo Vaz nas obras acima referidas não deverá ser excluída⁷⁵.

Nas igrejas quinhentistas das Misericórdias que temos vindo a referir⁷⁶, a repetição do motivo do pórtico, sobrepujado por nichos destinados a receber imagens devotas, não obstante as pequenas variações na ordem utilizada, no tipo de colunas e pedestais ou na ornamentação, criou um lastro iconográfico de *character* des-

tinado a facilitar o seu reconhecimento e associação à confraria. Convencionou-se, não sem razão, chamar fachada-retábulo a esse tipo de máscara que, embora utilize elementos da linguagem clássica e, na sua origem, tenha o arco triunfal romano, mantém com o templo uma relação fisiognomónica de que está ausente a unidade semântica vitruviana. Apesar disso, a repetição no interior da igreja de Vila do Conde do motivo do arco triunfal, na *scenae frons* onde se rasgaram as três capelas da cabeceira⁷⁷, para além da apolínea espacialidade que supõe, remete para a «sensível compatibilidade» que orienta o conceito retórico de *respondeo* na sua versão albertiana⁷⁸. O que implicou que, nas igrejas da Misericórdia, ao implementar-se a tridimensionalidade dos pórticos formalmente clássicos, se tenha igualmente assumido a reactividade entre arquitectura e o ambiente da paisagem urbana.

Assim, a exemplo do pioneiro portal da São Tomás na Rua de Sofia de Coimbra, as Misericórdias vão, primeiro recolher e posteriormente desenvolver um legado de modernidade e capacidade de transformação dos vários níveis do plano da cidade medieval. Desse modo, em Braga, no Porto, em Guimarães ou em Vila do Conde, elas integraram-se em espaços de representação recém-criados cujas capacidades de mudança condensaram e com os quais, simultaneamente, vão interagir. Di-

namismo reactivo e indutor que supôs uma pioneira autonomização em relação à antiga orientação canónica da arquitectura religiosa. É, igualmente, nesse papel desempenhado pelas Misericórdias que podemos encontrar ecos de Alberti e do seu conceito de «religião civil». Em Vila do Conde, essa descodificação do espaço simbólico absoluto operou-se, prematuramente, através da igreja construída na década de 30, cuja fachada interagiu não só com o largo fronteiro mas, sobretudo, com a estreita via que nele desembocava e se alinhava frente a ela; em 1577, o templo ocasionaria a abertura de uma outra rua, ao longo da sua costã sul, que articulava o rossio com a rua da Laje, a ponte da capela-mor para «...serventia publica deste povo he para por ella mays comodante se poder jr comendar a Deus a dita casa da Misericordia...»⁷⁹.

O *respondeo* tornou o interior compatível com o exterior e portanto com a cidade; o arco triunfal de Vila do Conde foi utilizado, como os seus antecessores romanos influenciados pelas convenções decorativas da arte helenística⁸⁰, para a exibição de narrativas iconográficas. Desse modo, sobre os arcos das duas colaterais, nos painéis péticos do registo superior, reservou-se espaço para a pintura a óleo⁸¹. Esquema semelhante fora adoptado por Manuel Luís na Misericórdia do Porto e Gregório

72 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja*, 1599, Março 10, fl. 58vº e s. Ver Apêndice Documental, Documento n.º 4.

73 A obra da fachada – retábulo de S. Tomás foi contratada em 1547 a João Luís, Pêro Luís e António Lopes (GARCIA, P. Quintino – *Documentos para as biografias dos artistas de Coimbra*. Coimbra, 1923, pp. 82-83). O desenho do pórtico, contudo deve-se a Diogo de Castilho (CRAVEIRO – *O Renascimento...*, pp. 471-472).

74 Ver, sobre a igreja de S. Martinho: GARCIA, Isabel Teixeira Dias de Bessa – *A arquitectura de raiz clássica no vale do Sousa*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: FLUC, 2001, p. 23 e ss.

75 Manuel Luís deve ter estado associado, no início da obra, ao Colégio de S. Lourenço; posteriormente, Gonçalo Vaz pode ter-lhe sucedido; não só por a igreja estar perfeitamente dentro do gosto português dos arquitectos da «Petrificação», mas igualmente porque habitou junto do Colégio (RUÃO – *Arquitectura...*, p. 241), muito provavelmente numa casa que os jesuítas reservavam para residência do «mestre das nossas obras» (ADP, *Fundo Monástico*, n.º 1905, Tombo da Renda, ano de 1614, fl. 2vº. Apud AFONSO – «Um Património...» p. 12). Quanto à rotunda da Serra, o mesmo Gonçalo Vaz deve ter estado ligado à obra; na altura em ela arranca (1597), dirigia os trabalhos em Grijó, pertencente à mesma Ordem de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, de que era, pelo menos desde 1581, o «mestre de pedraria das obras do mosteiro» (ADP, *Fundo Monástico*, n.º 3884, Convento de S. Salvador de Grijó, 1581, Abril 15, fl. 227. Apud AFONSO – «Um Património...» p. 11). Nesse cargo pode também ter sucedido a Manuel Luís (ibidem, p. 11, nota 37) e, para além disso, anote-se as analogias estilísticas entre ambos. Fausto Sanches Martins indica que o jesuíta Silvestre Jorge projectou, em 1571, para o Colégio português (MARTINS – *A arquitectura*, vol. I, p. 744) Carlos Ruão atribui ao arquitecto jesuíta, ideia que também já expressamos, apenas a planimetria geral do edifício, que considera o mais «erudito» exemplar da arquitectura nortenha da época, pelo que sugere a intervenção de um arquitecto régio. Não coloca, porém, de parte a possibilidade de participação, quer de Manuel Luís, quer de Gregório Lourenço ou Gonçalo Vaz (RUÃO – *O Eupalinos...* vol. II, p. 380 e ss). O mesmo autor adianta a propósito da Serra do Pilar «...Este é um projecto de um arquitecto maneirista a trabalhar no círculo português no dealbar do século XVII. De Gonçalo Vaz a Valentim Carvalho, o seu nome pode, a qualquer altura, ser revelado pelos arquivos...» (RUÃO – *O Eupalinos...*, vol. II, p. 387).

76 Braga, Porto, Guimarães e Vila do Conde. Outras, como a de Caminha, Aveiro, Azurara e Penafiel (esta já seiscentista) seguem o mesmo perfil. Preparamos um estudo mais alargado sobre o conjunto das Misericórdias quinhentistas na região Noroeste do país, para o qual este artigo é um contributo inicial.

77 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja*, «Apontamentos da casa da Santa Misericórdia que ora se quer fazer em Villa do Comde», [s.d]. Ver Apêndice Documental, Documento n.º 1.

78 Cfr. CARRER, Tomaso – *The Triumphal arch motif in Sant'Andrea, Mantua: "Respondeo" and rhetoric in Alberti's architecture and theory*. Dissertation submitted for the degree of Doctor of Philosophy at the University of New South Wales. Sidney: The University of New South Wales, 2007, p. 92 e ss.

79 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Abertura da Rua de Nossa Sr.ª da Conceição*. Documentos, 1577, 1578, fl. 164, 1576, Novembro 26, fl. 165. Ver ainda sobre a abertura da rua, hoje designada de Nossa Sr.ª da Conceição: FIRMINO, Abel – «Do Arquivo. I – Retalhos de história», in *Santa Casa, Revista da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde*, ano VIII, Julho 2002, n.º 16, p. 23.

80 SMITH, E Baldwin – *Architectural Symbolism of imperial Rome and the Middle Ages*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1956, p. 22

81 Os dois painéis, representando a «Verónica» e a «Deposição no Túmulo» são atribuídas por Eugénio da Cunha e Freitas ao pintor local Luís Soares (f. 1671), que as teria executado entre 1663/1664 e 1665/1666, por encomenda da Misericórdia. É, todavia, duvidoso que a encomenda em causa se refira a essas duas pinturas, já que alude expressamente à pintura dos retábulos das capelas colaterais, que estavam prontos de marcenaria desde 1662» (FREITAS, Eugénio de Andraia da Cunha e – *Vila do Conde 2 – História e Património*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001, p. 102 e ss. Originalmente publicado com o título «Arte e artistas em Vila do Conde», in *Museu*, Porto, 2.ª Série, n.º 4, Junho de 1962, p. 41 e ss.).

Lourenço na igreja de São Salvador de Moreira da Maia. Nesta, porém, a *scaenae* foi rematada por um nicho central que, em conformidade com a traça e os apontamentos, que apenas exigiam um frontispício redondo, ou de ponto, prima pela ausência em Vila do Conde. Existem, aliás, afinidades óbvias entre o desenho dos arcos triunfais de Vila de Conde e Moreira da Maia, mais bidimensionais e pictóricos do que as tridimensionais, escultóricas e dramáticas composições de Manuel Luís. Inauguradas em S. Gonçalo de Amarante, desenvolveram-se depois na capela-mor da Misericórdia portuense e, quase de certeza, em S. Lourenço, com a colaboração do seu genro Gonçalo Vaz.

Como dissemos, Gregório Lourenço era natural de Braga e, embora tivesse chegado ao Porto em 1576, sabemos que o seu pai Diogo Gonçalves trabalhou na Misericórdia bracarense de Manuel Luís, juntamente como um tio, o carpinteiro João Gonçalves⁸². É possível que fossem próximos do António Gonçalves que foi mestre das obras do Colégio de S. Paulo de Braga e do seu filho António Sequeira que, ao que tudo indica, lhe sucedeu no cargo em 1579, quando se iniciou a construção da igreja definitiva. Existe, na verdade, uma grande proximidade entre o conceito bidimensional dos arcos triunfais de Gregório Lourenço e o de S. Paulo de Braga, embora o decorativismo jónico deste último seja abandonado em favor de linearidade discreta do dórico de Vila do Conde e Moreira da Maia. Todos eles, contudo, são derivações do desenho do arco triunfal aplicado por Cremona na cabeceira da Foz do Douro, resultante da «sensível compatibilida-

de» com o que, provavelmente ostentando as *tabulae ansatae* que ainda podemos encontrar na igreja e enquadrado pelas duas torres harmónicas, ostentava a desaparecida fachada da igreja de D. Miguel da Silva.

A *imitatio* de modelos canonizados pela atópica ideologia da Contra-Reforma é ainda expressamente referida noutros trechos dos apontamentos e contrato. Aí, especificou-se que os dois púlpitos a erguer na nave deveriam ser «quadrados» como os da igreja do convento portuense de Santo Elói⁸³, de que Gaspar Gonçalves fora mestre e que possuía, igualmente uma cabeceira tripartida, com duas colaterais ladeando uma capela-mor profunda⁸⁴. Quanto ao campanário da Misericórdia do Porto, referido como modelo nos mesmos «apontamentos» e contrato⁸⁵, foi obra de Manuel Luís, que o repetiu também em Braga. Lastro iconográfico semelhante transporta a porta lateral do lado da Epístola, expressamente referido «... com suas mulladuras e frontespicio conforme a trasa...»⁸⁶. Apesar de estar hoje entaipada, a porta travessa, que abria para a nova rua lançada em 1576, mostra no exterior um ático curvo sobrepunhando molduras caneladas, conjunto idêntico aos que enquadram os pórticos das fachadas de S. João Novo e S. Lourenço. Se, como vimos, António de Sousa tinha trabalhado com os Eremitas de Santo Agostinho no Porto antes de Gonçalo Vaz, não se pode, como foi referido, descartar a possibilidade de Gregório Lourenço ter participado na obra dos Jesuítas na mesma cidade.

O contrato e os apontamentos de 1599 não referem o tipo de cobertura que deveria ser

utilizada na nova igreja, nem a obra do coro alto. A propósito deste último apenas se faz referência às colunas que o suportariam. Dessa ausência, visto que o documento menciona apenas a obra de arquitectura, pode-se concluir que o material utilizado em ambos deveria ser a madeira. Desconhece-se, porém, o respectivo contrato de carpintaria, que obrigatoriamente deve ter existido. Podemos, todavia, supor sem grandes margem de erro que deveria ser, como no templo da Misericórdia de Braga, em caixotões pintados. Na Misericórdia portuense eles estariam também presentes, mas esculpidos em pedra nas abóbadas de canhão da nave e também do coro alto. Manuel Luís, como se afirmou, esteve, ou teve conhecimento próximo da Graça de Coimbra; aí, Diogo de Castilho, inspirando-se muito provavelmente na igreja matriz da Foz, cobriu a nave única com uma abóbada de canhão, idêntica à que o italiano lançou, mas substituindo o tijolo pela pedra.

O mesmo tipo de cobertura em abóbada foi empregue na capela-mor do templo graciano da rua da Sofia; na igreja da Misericórdia de Vila do Conde, as abóbadas esquadreladas das capelas eram idênticas às que, a partir da Graça de Castilho e da Misericórdia portuense, rematariam as várias igrejas da «arquitectura longa» dos aros portuense e bracarense. Porém, ao con-

trário dos motivos flamengos esculpidos que surgem na área do Porto e, por exemplo, na igreja do Colégio de S. Paulo, os caixotões exibem pintura de brutesco, arte decorativa que gozou de uma apreciável popularidade no aro bracarense a partir da segunda metade do século XVI⁸⁷. A chegada à cidade de Manuel Luís e, com ele, de uma mais sistemática implementação dos motivos flamengos, poderá ter contribuído, senão para a sua progressiva substituição ao gosto local, pelo menos para lhe incrementar a variedade e repertório formais.

Nos finais do século XVII, a melhoria da situação económica e a afirmação política da nova dinastia brigantina criaram as condições para uma renovação artística. Os motivos decorativos popularizados nos finais de quinhentos vão, contudo, manter-se ainda durante algum tempo. Em Vila do Conde, o primeiro sinal da renovação poderá ter sido dado pelo azulejamento, em 1650, da capela-mor; a restante igreja receberia idêntico revestimento «de tapete» em 1692-1693, desta vez a cargo do lisboeta Domingos Francisco⁸⁸. A primitiva cobertura foi substituída em 1684 pela actual, com caixotões decorados com florões de bronze e motivos geométricos «flamenguitas», obra dos mestres carpinteiro João Pereira e Cristóvão de Sampayo⁸⁹. Dois anos depois, a

82 Cfr. RUÃO - *O Eupalinos...*, vol. II, pp. 395-396; AFONSO - *A herança...*, nota 58.

83 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja*, fls. 61vº, 53. Ver Apêndice Documental, Documentos n.º 2 e 4. Referido em: FERREIRA - *Vila do Conde...*, p. 28.

84 FREITAS - *O Convento...*, p. 36. *O padre Novais descreve a igreja dos Lóios como sendo um «... templo muy hermoso, y de grande concurso, y todo de excelente idea, con mucha disposicion...»* (NOVAIS, Manuel Pereira de - *Anacrís Historical*, vol. II. Porto: BPMP, 1913, p. 74).

85 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja*, fls. 61vº, 53vº. Ver Apêndice Documental, Documentos n.º 2 e 4. Referido por: FERREIRA - *Vila do Conde...*, p. 28.

86 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja*, «Apontamentos da casa da Santa Misericórdia que ora se quer fazer em Villa do Comde» [s.d.] fl. 61. Ver Apêndice Documental, Documento n.º 1.

87 O pintor Francisco Soares foi contratado, em 1599, para pintar o coro baixo da Misericórdia de Braga com «motivos de romano à maneira de brutesco» (SERRÃO, Vitor - «O desvario do ornamento de Brutesco na pintura de tectos do mundo português, 1580-1720», in *Struggle for Synthesis, A Obra de Arte Total nos Séculos XVII e XVIII*, Coord. David W. BODTH, Luís de Moura SOBRAL, vol. I, Lisboa: IPPAR, 1991, p. 287). Ver ainda sobre Francisco Soares, seu pai Domingos Fernandes e a importância da pintura de «brutesco no aro bracarense: idem - *André de Podilha e a pintura quinhentista entre o Minho e a Galiza*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, p. 286 e ss; SANTOS, João Miguel Salgado Lameiras Cristóstomo - *O elogio do fantástico na pintura de Grotosco em Portugal 1521-1656*. Dissertação de mestrado em História de Arte apresentada ao Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [Edição Policopiada] Coimbra: FLUC, 1996, pp. 73 e ss.

88 FERREIRA - *Vila do Conde...*, p. 29.

89 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Reforma da Igreja e Casa de Despacho*, 1684, Outubro 26, fl. 25 e ss: «Apresentação de hũa petição que me foi apresentada por parte do provedor e irmãos da Mesa da Misericórdia pera se fazer huma louvação em huma obra de hum forro que se fez na igreja da Misericórdia huns ofeciaes que a forraram por apointmenttos (...) Dizem o provedor e irmãos da mesa da casa da Santa Misericórdia desta Villa de Conde e João Pereira e Christovão de Sam Payo mestres que fizeram a obra do forro da dita casa da Santa Misericórdia que para ajustamento de contas e pera se ver se a dita obra esta aiustada com os rascunhos e apontamentos que se fizeram pera por elles se fazer o dito forro e estão concertados em tomarem cada huns seu louvado que verão a dita obra e todos querem fazer termo de louvagam e os supplicantes e o provedor e mais irmãos se louvam de sua parte em Manoel da Rocha morador na cidade do Porto e assistente nesta villa e os supplicantes João Pereira e Christovão de Sam Payo se louvã em Manoel Salgado morador em Landim aos quais se ha de dar o juramento dos Santos Evangelhos para que debaixo delle digão se a dita obra do forro esta conforme a planta e apontamentos na forma da escretura de obrigação que fizeram...».

obra de carpintaria do coro foi arrematada ao mesmo João Pereira, da freguesia de Landim. Caso raro, no arquivo da confraria conservam-se ainda desenhos a pena desses revestimentos de caixotões⁹⁰. Quanto à obra de pedraria das colunas e cachorros de pedra necessários para a sustentar ficou a cargo do mestre pedreiro Gabriel Cerqueira de Sá⁹¹. Este seria também encarregue, em 1692, de substituir o púlpito por outro, que deveria ser similar «ao de San-

ta Clara»⁹²; o seu gradeamento, bem como o do corpo da igreja, estava a cargo, em 1692-93, do ensamblador bracarense Agostinho Marques⁹³. Deve também datar dessa época a abertura das duas capelas colaterais no corpo da igreja; elas marcariam virtualmente a nave transversal do transepto que a Irmandade tinha recusado em 1599.

Porto, 31 de Março de 2009.

APÊNDICE DOCUMENTAL

DOCUMENTO N.º I

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja*, 1599, Março 7, fl. 58 e ss.

«Auto de como se chamou a Irmandade d'asento da casa da Misericórdia desta villa pera se assentar a forma que se a de ter na obra da casa que de novo se a de fazer.

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e noventa e nove anos aos sete dias do mes de Marso em Vila do Conde nas casas da Santa Casa da Misericórdia, estando nellas o provedor Geronimo da Rocha Pereira e os mais hirmãos digo Jeronimo da Rocha provedor o dito ano e os mais hirmãos da quasa deputados forão chamados a ellas

todos os hirmãos d'asento per som de sino e campã tangida como e costume. Os quais estando juntos, os que presente se acharão que forão os abaixo asinados, e por o provedor lhe foi dito que na quasa avia sarta copia de dinheiro que leixara o Licenciado Geronimo Vellozo pera se fazer outra nave na casa ou o que parecesse aos hirmãos. E tomada conta do que pedia custava o fazer se nave ou fazer se de novo huma higreia d'ũ so corpo, per não serem as paredes (fl. 58vº) ãe cumprimento capas de se fazer outra nave e de fiqvar obra perfeita, acordarão todos de mão comuã e conforme dela que se fasa de novo capella e quasa tudo duma so agoa e do so corpo e que se fizesse na forma da trasa que lhes foi mostrada. E que elle provedor e hirmãos a possão arematar e dar a dita obra ao mestre ou mestres cõ que

90 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Reforma da Igreja e Casa de Despacho*, fl. 6: «Apontamentos para a obra do choro da casa da Santa Misericórdia. Primeiramente sera este choro forrado e apainellado conforme a planta que esta assinada por João Pereira que he a imitação do forro da igreja...». A assinatura de João Pereira, certificando que arrematou a obra, data de 1686, Outubro 1 (fl. 6vº). Os desenhos a pena ocupam os fls. 35, 36 e 37.

91 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Reforma da Igreja e Casa de Despacho*, fls. 17 e 17vº.

92 ASCMVC, *Documentos Dispersos, Reforma da Igreja e Casa de Despacho*, 1692, Junho 28, fls. 7 e 48. Gabriel Cerqueira de Sá, mestre de pedraria morador em Vila do Conde, estava concertado com a confraria para fazer o púlpito de pedra: «de maneira que esta o de Santa Clara».

93 Monsenhor Augusto Ferreira alude a todas as intervenções atrás referidas e aos seus autores: coro, tecto de caixotões em madeira, púlpito de pedra. Refere ainda a contratação da execução das grades de pau preto do púlpito, bem como as do corpo da igreja, ao ensamblador bracarense Agostinho Marques, embora sem especificar as referências documentais em que se baseia (FERREIRA – *Vila do Conde...*, p. 29). Desse modo, adianta-se aqui que da documentação do arquivo constam os apontamentos das obras das grades e do púlpito «...huas grades de pão preto e púlpito todo bronzeado na forma do rascunho que esta nesta Santa Casa...»; as grades teriam 50 balaústres e «...far-se ha hu púlpito do mesmo feito e bronzes que as grades...». Os apontamentos estão assinados por Agostinho Marques (ASCMVC, *Documentos Dispersos, Reforma da Igreja e Casa de Despacho*, fl. 26). Consta também da documentação a fiança prestada pelo mesmo Agostinho Marques, morador na rua dos Cónegos em Braga, datada de 16 de Outubro de 1692. A obra deveria estar concluída em 1 de Julho de 1693 (ibidem, fl. 28).

se contratarem ficando o dito contrato tal que fique nele nele metido a cornige conforme a traça e o pulpito como o de Santo Elloio do Porto e o campanario e sino onde parecer ao provedor e na forma do da Misericórdia do Porto. E para rematação della e pera tudo o que for necessaryo davão e consetião em tudo o que per elle provedor e hirmãos fosse feito o avião por bom firme e valiozo e o aprovavão e revalidavão doje pera todo sempre. E em fee de verdade o assinarão todos e mädarão ser feitos disso este auto que assinarão. Francisco de Andrade escrivão da casa o presente ano a fiz. Diz o mal escrito obra conforme a trasa. Francisco de Andrade.

O provedor Geronjmo da Rocha.
(Seguem-se as assinaturas dos irmãos).

(Fl. 59vº)

E logo no dito dia tomadas as notas e parecer dos hirmãos d'asento atras asinados per o provedor e hirmãos foi mädado por a pregão a obra da dita casa da Misericórdia na forma da trasa e apontamentos aqui juntos. E amdado a pregão por Salvador Pires porteiro desta villa e preegoiro, e andando asi, emtre os menores lansos que na dita obra se fes forão setesentos mill que nella lamsou Gregorio Louremso e Gaspar Gonçallvez, Pamtallião Bras, Antonio de Sousa, todos officiais e mestres de obra de pedraria moradores na cidade do Porto aos quais todos juntos e a cada hũ emsolido per o provedor e hirmãos foi arrematada a dita obra da Misericórdia na forma dos apontamentos e trasa declarada. E elles a aseitarão e com o dito preso e se obrigarão a fazer escritura de tudo desaforada com todas as clausulas nesasarias e darem fiança a tudo cumprirem e o asinarão com o provedor e hirmãos da mesa. Francisco de Andrade escrivão da quasa fiz de todo este termo e o assinei. Francisco de Andrade.

O Provedor Geronjmo da Rocha Pereira
Antonio de Sousa
Francisco de Andrade
Gaspar Gonçalves

Pantalleão Bras
Gregorio Lourenço (fl. 60)
Machado
Manoell Fernandez
Ioam Gomes
Gaspar da Costa Correa
Domingos porteiro».

DOCUMENTO N.º 2

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja*, [s.d.], fl. 61 e ss.

«Apontamentos da casa da Santa Misericórdia que ora se quer fazer em Villa do Conde

Item primeiramente se fara huma casa de cimcoemta pallmos em largo em vão e os ditos palmos tera d'allto des o lageamento ate o frechal nas costams e os outomes terão sua altura compitemte ao que requer a madeira armado de asnas por omde a de ir o foro e sairão ariba do telhado tres pallmos os ditos outomis capeados por sima e suas cruces em sima conforme a que o templo requer e tera esta caza cem pallmos de comprido em vão

Item terão estas paredes das costams polla bmda de fora hũa cornija que tenha a grosura e sacada necessaria e tera esta cornija hũa golla e hũ coadrado com seus filletes.

Item tera este templo hũa portada da porta principal que tera doze pallmos em vão e altura compitemte pera que fique em proporsão com suas duas colunas iuntas hũa a outra por bamda e seu frontespicio em sima e seu nicho no meo e as mais gornições e mulduras conforme a trasa que pera iso esta dada. E tera esta fronteira diamteira asima do frontespicio tres frestas nas partes nesasarias as coais frestas terão de vão tres pallmos d'allto e seis de largo em vão e a do meo sera hi espello ou fresta coall pareser melhor. E tera esta caza hũa porta travessa pera as oficinas e outra pera a saõocsitia chams com

seu pillar e alltura e largura que for necessaria.

Item tera esta caza hũa porta travesa pera a parte da rua de oito pallmos de vão em largo e catorze e meo d'allto em vão com suas mullduras e frontespicio conforme a trasa.

Item tera a cortina da bamda da rua tres frestas que serão em largo e em vão tres pallmos e d'alto doze em vão e outras tres iguas em correspondensia. (Fl.61vº)

Item tera esta caza hũa fromteira convem a saber tera tres capelas, a principal de vinte pallmos de largo em vão e as outras das ilhargas o que lhe couber. E tera esta fromteira seus pilares e suas mullduras e seu frontespicio de pomto com sua targe no meo do frontespicio e tudo esto conforme a trasa que pera isso se deu e terão as capellas seus degraos e lageamentos ate a grade por fiadas.

Item terão estas capellas. Convem a saber a capella maior sera arzezoada o teuto de volta de berço com seus arcos e rampantes e mulduras compitentes a dita obra e as pequenas a mesma ordem terão assi sua partisão e feitio conforme lhe couber e respomda a capella maior e trasa que pera isso se deu. Terão mais estas capellas coatro frestas duas na capella maior e as outras duas hua em cada capella pequena e o tamanho dellas conforme a trasa.

Item tera esta casa dous pulpitos hũ de hũa parte outro da outra e serão coadrados como os de Sãoto Elloi com suas escadas por omde melhor couber.

Item terão as paredes da igreja a costum da bamda das ofesinas coatro palmos e meo e da outra costum o mesmo e os outomes coatro pallmos de grusura de parede e as gruras das capelas cimco pallmos pouco mais ou menos e estas paredes das capellas terão seu emtabolamento por sima e as empenas serão conforme as da igreja

Item hũ campanario da ordem da Miziricordia do Porto o tamanho delle sera conforme a sino e a grosura da parede o puder sostemtar e sera posto omde parecer. (Fl 62)

Item toda esta escoadria e esta obra sera de boa pedra e bem lavrada e as paredes d'allvenaria de fora e de demtro e os cunhais d'escoadria e o provedor e irmãos desta Santa Caza darão toda a pedraria d'escoadria e d'alvenaria que tiver a dita caza que se ora a de desfazer e asi darão toda a call e saibro nesario pera o fazimento da dita obra

Item avera mais duas columnas com duas columnas que tenham cada hũa hũa pia no meo da coluna com sua vaza e capitell dorico e na parede dous coartóis pera respoderem ao livell vom o capitell da coluna pera sobre ellas se porem as traves

Item a pedra a de ser da Madanella pera a dita escoadria e se achar outra pedra tão boa como a da Madanella mais perto de hi a trarão

Pantalleão Bras
Gaspar Gonçalvez
Gregorio Lourenço
Antonio de Sousa.

DOCUMENTO N.º 3

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja*, 1599, Março 27, fl. 64 e ss.

Obrigaçã e fiança prestada pelos mestres da igreja da Misericórdia

«Em nome de Deos amem. Saybão quoutos este estromento de fiança e obrigaçã virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill quinhentos noventa e nove annos aos vimte sete dias do mes de Março da dita era nesta muy noble e sempre lyal cydade do Porto na rua Chaã della nas casas da morada de mim taballyão parecerão presentes Guaspar Guonçalves e sua mulher Maria Ferreira moradores em São Nicullao desta cidade e Hantonio de Sousa e sua mulher Luiza Guarcas moradores ao padrão de Santo Elloy desta cidade e Gregorio Lourenço e sua mulher Jheronima Fernandez moradores na callçada da Rellação desta cidade junto aos Canos e Pan-

tallyão Bras e sua mulher Janoera Francisqa moradores a porta de Cima de Villa desta cidade todos pedreiros e moradores nesta cidade pessoas a quem eu taballyão bem conheço. E por elles foy dito perante mim taballyão e testemunhas todo ao diante nomeado que hera verdade que elles estavam todos juntos de mão comuã concertados com ho (fl. 64vº) provedor e irmãos da Santa Misericordia de Villa do Conde para lhes fazerem ha obra de pedraria da casa da Misericordia da dita villa pello modello e traça em que estão concertados em tempo de hum anno e meyo por preço de setecentos e dez mill reis paguos na forma da escritura que hemtre todos estaa outorguada, feita na dita villa. E porque elles tem obrigaçã de darem fiança abbonada a todo ho comtyhudo na dita escritura, que he a fazerem a dita obra pello dito modello e no dito tempo e pello dito preço, tudo na forma da dita escritura sem nhũa contradicã nem enguano que a elle posão alleguar para segurança dos ditos provedor e irmãos, disserão elles sobreditos Guaspar Guonçalves e Antonio de Sousa e Greguorio Lourenço e Pantallyão Bras que por este publyco estromento ficavão e de feito ficarão hũs aos outros e cada hũ delles per sy ymsolidum ficvou per fiador e pryncipall paguador dos houtros pello todo e cada hũ delles per sy soo (fl. 65) tomou sobresy a obryguaçã de todos os houtros e se obryguou a todo comprir e pagar como que se soo tomara a dita obra e soo fezera o dito contrato e sobresy tomou e removeo a obryguaçã dos houtros para efeito delles provedor e irmãos serem servidos na forma de seu contrato. E disserão os sobreditos pedreiros que são comtemtes, e cada hũ delles per sy o foy, que os ditos provedor e irmãos lançem mão per todos elles ou per quouallquer delles que mylhor parado acharem e que possuão tomar hũ he larguallo e pegar com outro que quiserem sem por ysso nhũ delles ficar desobrigado desta principall obrigaçã, porquouto desde aguora cada hu delles se obrigou pello todo e não ficarão nem nenhum delles ho fiqvara desobrigado ate com efeito os ditos provedor e irmãos serem de todo servydos e sa-

tysfeitos conforme ao dito comtrato. E para todo o asym comprirem cada hũ delles per sy (fl. 65vº) e todos juntos obrigarão suas pessoas e todos seus bens moves e rais havidos e per haver homde quer que forem achados e por especiall ypotequa ypotequarão ao comprimento desta fiança as propriedades seguyntes. A saber, o dito Guaspar Guomçalves as suas casas em que mora de dous sobrados sytas jumto a freyguesy de São Nicollao desta cidade, peguadas ao ospital de Santa Catrina, que de hũa parte partem com ho mesmo hospitall e da outra partem com casas de Bastião Luis barrumeiro, as quouis casas são prazo fatyosym para sempre do mesmo hospital, a quem paguão de foro em cada hũ anno quatrocentos reis em dinheiro. E asym outras moradas de casas de dous sobrados loguo juntas a hestas acima que de hũa parte partem e entestão no mesmo hospitall e toma frontaria no Terreiro desta cidade que são outrosy prazo fatyosym perpetuo do mesmo ospitall, a quem paguão (fl. 66) houtros quouatrocentos reis. E asy me dyse que ypotequava hũa botiqua que tem ao chafaris das Canguostas, outrosy prazo fatiosim d'el Rey Nosso Senhor, com sesemta reis de foro a sua fazemda. E asym outras casas que tem de hũ sobrado sytas na rua das Camguostas desta cidade e prazo de tres vidas, que partem pollas comfrontaçõs do dito prazo em que elle he a prymeyra vida, de que he dereyto senhoryo dona Branca da Sylva, a quem paga de foro em cada hũ hano pello dito prazo mill e quinhentos reis. E asym ypotequa mais ao comprimento desta fiança outras casas que tem defromte da Ponte Nova na Baynharia de dous sobrados que de hũa parte partem com casas de Manoell Tavares e da outra com casas em que mora o lecençado Guaspar Moreira que são prazo de tres vidas em que he a prymeyra, de que he dereyto senhorio ho mosteiro de Santo Elloy desta cidade em mill e quinhentos reis. As quaes propredades e cada hũa (fl. 66vº) dellas disse ele Guapar Guomsallves que estavam livres e desobriguadas de toda outra fiança e obryguaçã e que por tais as dava quando comprisse fazer se por ellas execuçã por respeito desta fiança e que bem vallyão

mais de quatrocentos mill reis o que todo obrigava nesta fiança. E ho dito Antonio de Sousa ypotequou as suas casas em que mora ao padrão de Santo Eloy, de dous sobrados, que partem de hũa parte com casas de Guaspar Cardoso e da outra com casas d' Afonso Guomçallves cabeiro que são suas d'erdade dizimo a Deos. E asym outras casas nas trazeiras destas defromte da porta da igreja do dito mosteiro de Santo Elloj que de hũa parte partem com casas do padre Francisquo diguo Pantalyão Francisquo e da outra com quintall de Afonso Guomçallves cabeiro que outrosym são sua herdade dizimo a Deos. E asym outras casas que tem na rua de Santo Eloy que vay ao longuo do muro para a porta do Olyvall, junto (fl. 67) a praça da dita porta do Olyvall, que de hũa parte partem com casas de Breatris Diaz veuva e da houtra parte partem com casas de Tome d'Azevedo que são suas per totollo de prazo fateosym da cidade, a quem paga de foro em cada hũ anno vimte reis. E asym hũ casall que tem na freyguesia do Sallvador de Castellões, proiedade da dita igreja, a quem paga de foro em cada hũ anno sete alqueyres de pão e hũa guallinha, que parte e demarqua per suas verdadeiras confrontações, conforme a seu prazo. E asym ypotequa mais a esta fiança hũ seu casall que tem na freyguesia de Cedofeita junto da torre de Pero Docem que de hũa parte parte com ha estrada publicyqua que vay desta cydade pera São João e Matosynhos e da outra parte demarqua e confronta com propriedades e terras de João de Valladares Sameiro, do quall paga de foro em cada hi ano a dita igreja de São Martinho de Cedofeita (fl. 67vº) e ha seu prior quatrocentos reis em dinheiro e duas gualinhas, conforme seu prazo, no quall disse que hera primeyra vida. E que todas estas propiedades hestavão livres e desobriguadas de toda outra fiança e obrigação e que por todas se obrigou as daar e cada hũa dellas quando por respeito desta fiança nellas se ouver de fazer hexecução, por que pera yso as obriga e ypotequa. E o dito Gregorio Lourenço ypotecou ao comymento desta fiança as suas casas de dous sobrados com seu quintall para detraz em que

mora que de hũa parte parte com casas de Cris-tovão Manoell e da outra com casas do mosteiro de São Bento desta cidade, que posuye per prazo fatyosym da cidade a quem paga de foro quarenta reis em dinheiro, que disse bem vallyão oitenta mill reis. E disse o dito Antonio de Sousa que as suas propriedades que nesta fiança tinha obriguadas bem vallyão seiscentos mil reis. E ho dito (fl. 68) Pantallyão Bras ypotecou a esta fiança e comprimento della as suas casas em que vive a porta de Cyma de Vylla desta cidade da banda de dentro que de hũa parte partem com casas de João da Fonseca emxambrador e da outra com casas de João Guonçallves hallfaiate, as quoaes pessoy per prazo fatyosym para sempre da confraria de Nossa Senhora da Sylva desta cidade a quem pagão de foro quatrocentos reis em dinheiro em cada hũm ano conforme seu prazo, as quoaes disse que bem vallyão dozentos cruzados e que estavão lyvres e desobriguadas de toda outra hobryguação e ypotequa. Por todas as quoaes propriedades e per cada hia dellas diserão elles outorguantes herão contentes que os ditos provedor e irmãos da dita Santa Mysericordia ajão e arrecadem todo o que lhes for devydo, asym do principall como as custas perdas e lucros que elles provedor e irmãos tyverem por não comprirem o dito (fl. 68vº) contrato. E pelles sobreditos suas molheres e por cada hũ dellas foy dito perante min taballyão e testemunhas ao diante nomeado que ellas de suas boas e lyvres vontades, sem constrangimento de pessoa alguma, outorguavão esta fiança que os ditos seus marydos, todos juntos e cada hũm per sy, polo todo fazião e herão contentes que se comprisse e goardase esta fiança asym e da maneira que se nella contem e para hese efeito obriguavão as mesmas propriedades que os ditos seus maridos tinham obriguadas. E hesta fiança fazião elles partes na forma e maneira e com todas as clausollas, condições, penas, obrigações, renunciações, desaforamentos feitos e declarados no dito contrato cujas clausollas aquy hão por expresas e declaradas e repitydas e querem que em todo se goarde e merece. E testemunho de verdade asym ho houtorguário

elles partes e de todo mandarão ser feito este estromento em minha nota honde asynarão e della (fl. 69) pedirão os treslados que lhes comprirem o que todo eu tabaleyão como pessoa publicyqua estepollante e aceytante aceyto esta escretura em nome e favor dos ditos provedor e yrmãos da dita Santa Mysericordia a esta absentes quanto de dereyto devo e posso por respeito de meu officio. Dizemdo mais elles partes que se obrigavão hūs aos outros a se tyrarem a paas e a salvo desta fiança sem perda nem dano que hūs caasem aos outros e para tyrarem hūs aos outros a paas e a salvo dela obriguarão as mesmas propeidades, o que cada hũ delles per sy aceytou o que todo asym outorgarão perante as testemunhas que a todo forão presentes. Antonio Pymenta morador em Maçarellos que asynou como testemunha e a rogou das sobreditas por dizerem que não sabião asynar e Pantallyão Soares filho do dito Guaspar Guonçallves e Guapar de Carvalho criado de mim taballyão. E perante as dytas testemunhas e perante mim (fl. 69vº) taballyão diserão os sobreditos que habonarião esta fiança na forma della. E eu Guaspar Simões que ho escripvy. Com declaração que foi outorguada esta escretura aos trinta dias do dito mes pousadas de Greguorio Lourenço morador na dita calçada da Rollação sobredito. Guaspar Symões tabellyão publicyco de notas per Sua Magestade nesta cidade do Porto e seus termos que em minha nota ho escripvy. E della ho fiz tresladar por licença que pera hisso tenho de Sua Magestade e ho sobescrevy concertey com a propria nota a qual em todo e ha todo me reporto e hasiney de meu publico sinal que tal hee».

Segue-se o sinal do tabelião.

(Fl. 70)

«Saibam quantos este estromento d'abonaçam da fiança e hobriguacam atras virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos noventa e nove anos aos nove dias do mes de Abril do dito ano nesta muito nobre e sempre leal cidade do Porto na rua Cham della nas casas da morada de mim tabaleam pareceram presentes Gaspar Lourenço

pedreiro e sua molher Anna Bras, moradores na mesma rua Cham, pessoas reconhecidas por mim taballiam. E per elles foi dito perante mim taballiam e testemunhas todo ao diante nomeado que elles tinham ouvido ler a escretura de fiança atras e hobriguacam que os pedreiros nella conteudos e declarados e suas molheres tinham feito ao provedor e hirmãos da Santa Mesericordia de Villa do Conde e tinham bem sabidas as obrigações da dita escretura e sabiam que os ditos Gaspar Gonçalvez e Antonio de Sousa e Gregorio Lourenço e Pantalliam Bras e suas molheres todos conteudos na dita escretura (fl. 70vº) que foi feita per mim taballiam em meu livro de notas aos vimte e sete dias do mes de Março este proximo pasado e em a dita escretura se decram todos pessoas ricas e abastadas e que tem os bens de raiz conteudos na dita fiança. E elles Gaspar Lourenço e sua molher disseram que por este publico estromento, de suas boas e livres vontades os abbonavam em toda a contia da dita escretura e sam contentes que feita execuçam nos beis e pessoas dos sobreditos e não bastando hen tal caso sam contentes que em suas pessoas e beis delles abbonadores se faça execuçam por todo aquilo que faltar para elles provedor e hirmãos serem paguos de todo o que lhes dever pellas dita escretura, per que pera hiso hobriguam seus bens, moves e raiz, avidos e per aver. E pera hesse efeito fazem todas as obrigações renunciações, desaforamentos e hipotequas conteudas na dita escretura as quoaes aqui am per repitydas e declaradas e per especial hipotequa hipotecam ao comprimento desta abbonação as suas casas em que moram na dita rua Cham (fl. 71) que de hũa parte partem com casas que foram de Francisco de Barros e da outra com casas de Francisco Bernardes cidadam desta cidade e asi todas as mais seus bens presentes e ausentes onde quer que forem achados. Em fee e testemunho do que assim o outorguaram elles partes e de todo mandaram ser feito este estromento de abbonaçam nas costas da dita escretura o que todo eu taballiam como pessoa publica estipulante e haceitante aceito em nome do dito provedor e hirmãos

da dita Santa Misericórdia e das mais pessoas a que toquar quanto de dereito devo e posso por respeito de meu officio, de que todo foram testemunhas presentes. Gaspar de Carvalho criado de mim tabaliam que hasinou como testemunha e ha roguo da dita Anna Bras outorguante por dizer que não sabia asinar e Antonio Vaz sapateiro morador na dita rua Cham. E heu Gaspar Simões tabaliam publico de notas per el Rey Nosso Senhor nesta cidade de Porto e seus termos que aqui o escrevy e hasiney de meu publico sinal que tal he. E o dito Gaspar Lourenço asinou aqui (fl. 71v^o) tambem comiguo tabaliam e com as sobreditas testemunhas. Não faça duvida o mal escrito que diz molheres».

Segue-se o sinal do tabelião

«E posto que hatras vay posto por testemunha presente Antonio Vaz çapateiro morador na rua Cham desta cidade declaro em seu lugar ser testemunha presente Frutuoso Gonçalves pedreiro morador a Sam Bento desta cidade. E heu Gaspar Simões sobredito tabeliam o escrevy e asiney aqui esta declaração de meu sinal razo acostumado per ser feito o acima publico

Gaspar Simões

Como testemunha e a rogo da sobredita

Gaspar de Carvalho

Gaspar Lourenço, parte

Fruituozo Gonçalves».

DOCUMENTO N.º 4

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja*, 1599, Março 10, fl. 50 e ss.

Contrato e obrigação dos mestres pedreiros que fizeram a igreja nova da Misericórdia de Vila do Conde

«Escriptura e arrematação e pagas pertencentes a obra da Igreja da Misericórdia que se fez no anno de 1599 que tudo esta junto neste maço e que nisso ouver, sendo procurador Jeronimo da Rocha Pereira

Saibão quouantos este estromento de comtrato

e obriguassão vyrem que no ano do nacymento de Nosso Senhor Jeshu Cristo de mill e quinhentos e noventa e nove anos, aos dez dias do mês de Março do dito ano, em esta Villa de Comde nas casas da morada de Jeronimo da Rocha Pereyra morador nesta villa, haj em prezensa de mim taballião e testemunhas ao diamte nomeadas pareserão presentes ho dito Jeronimo da Rocha Pereyra provedor da casa da Samta Miziryrcordia desta dita villa e bem hasym os mais jrmãos deputados da meza abaixo asynados he doutra parte Greguorio Lourenso e Guaspar Guomçallves e Pamtelleão Bras e Antonio de Sousa todos hoffeciaes he mestres de hobra de pedraria moradores na cidade do Porto. He por elles provedor e mais jrmãos foy dito que elles tinhão posto a preguão a obra da igreja e capellas da casa da Mysiryrcordia da dita villa (fl. 50v^o) comfforme ao auto d'arrematação e apontamentos juntos e trasa da obra, hasinados pellos ditos mestres de obras aos quaes ha dita obra foy dada e arrematada de comum pareser do provedor e jrmãos da meza por comsentymto da jrmãdade e acordo que sobre jso se tomou e se arrematou aos sobreditos mestres em preso e comcia de setecentos mill reis em dinheiro de contado. He outrosy averão mays os ditos mestres toda ha pedra d'escadrya e allvenaria da dita igreja he capellas e outrosy não darão elles mestres call nem saybro nem barro que yso serão obrigados a dar a casa da dita Myziryrcordya. E no lageamento da igreja e capellas não bollyrão somente nos degraos que se valleirão delles pera ho que quyserem e lagearão as capellas e a igreja ate a grade com seus degraos e altares na forma (fl. 51) em que estão e todo conforme ha rematação e trasa e apontamentos sobreditos. E no dito presso ho dito provedor he jrmãos prezentes os sobreditos mestres lhe ouverão ha dita hobra per arrematada por ho sobredito modo clauzullas e cõdições he elles mestres haseytarão ha dita arrematação asym como dito he e se obriguarão a fazer ha dita hobra per ha maneyra seguimte. Que ha capella major. Digo que farão o corpo da igreja de sinquoenta pallmos em vão de larguo e

outros symcoemta pallmos de alltura nas paredes, os quaes se emtemderão do lageamento da igreja ate ho frechall nas costãs e os outõys da dita ygreja terão sua alltura compitente ao que se requer a madeira de armação de asnas per homde ha de jr o forro e sajrão arriba do telhado tres pallmos hos ditos outõis capeados por sima e suas cruces em sima conforme ho que ho tempollo requer. He (fl. 51v^o) tera esta igreja ate ho arco da capella sem pallmos em vão de comprido e terão as paredes das constãs polla bãda de fora hũa cornyge que tenha a gursura e saquada necessaria e tera esta cornyga hũa golla e hũ cadrado com seos filletes. Tera mais este tempollo hũa portada da porta pryncipall que tera dose pallmos em vão e altura sera a compitemte que fique em proporsão com suas duas callunas juntas hũa a outra por cada bãda grosas e boas conforme a arte e seu fromtespsio em sima e seu nycho no meo e as mays guarnisõys e mollduras conforme a trasa que para yso esta dada hasynada por os ditos mestres. He tera esta fromteyra dianteyra asima do fromtespicio tres frestas a saber hũ espelho no meyo e em cada hũa bamdã hũa fresta nas partes nesesarias. E as frestas terão (fl. 52) de vão tres pallmos d'allto e seis de larguo em vão e tera mais esta casa hũa porta travesa para as offecynas e outra para a samcrestia e outra pera ho coro chãs com seus pillares e alltura e largura que for nesesario e bem pareser ao provedor e jrmãos. E os mestres farão mais na dita igreja hũa porta travesa para ha travesa da banda do sull de outo pallmos de vão de larguo he quatorze e meo de allto em vão com suas mollduras e fromtespysio conforme a trasa sobredita. Tera mays esta casa em cada cortyna tres frestas que respondão em sima hũas as outras e terão de larguo em vão tres pallmos e d'allto doze pallmos em vão cada hũa. Farão mais na dita igreja tres capellas a primycpall de vynte pallmos de vão no arco diguo que tera a dita capella pryncipall no arco vinte pallmos (fl.52v^o) de larguo em vão e as duas capellas das jlharguas terão de larguo em vão outo pallmos cada hũa ou ho que mais lhe couber por repartição. E tera esta fronteyra seus pylares e suas

mollduras e seu fromtespicio de ponto ou redondo qual melhor pareser e couber com sua tarja no meo do fromtespysio com suas letras e tudo ysto conforme ha trasa sobredita. E terão estas capellas seus degraos e asym as terão os altares e outrosy lagearão as ditas capellas e o mais da igreja dos arquos das capellas ate as grades que serão vynte pallmos em vão dos ditos arquos ate ha grade pouquo mais ou menos. E no lageamento do mays corpo da igreja não bullyrão tyrado os degraos como atras fica dito. Farão ha capella mayor artozoada ho tecto de volta de berso de bolta de berso com seos arquos e rampantes e mollduras compitentes (fl. 53) a dita obra e as capellas pyquenas da mesma ordem terão em sua repartyção e feityo conforme lhes couber de maneira que respondão com ha capella mayor e trasa sobredita. Terão mays estas capellas quatro frestas a saber duas na capella mayor e cada hũa sua nas capellas piquenas e o tamanho dellas sera conforme ha trasa e bem pareser ao provedor e jrmãos e os mestres. E a capella mayor tera de comprymto em vão trimta pallmos ou ho que mais pareser e as capellas pequenas o comprymto que couber comtamto que caiba do arco para dentro hũa sepultura e sendo nesesario menos se fara. Farão mais dous pullpetos hum de hũa parte outro da outra e serão coadrados como os de santo Alloyo do Porto com suas escadas como melhor pareser e farão somente a pedraria as paredes desta igreja a da costam da banda das ofecinas tera de (fl. 53v^o) larguo quatro pallmos e meo e da outra costam ho mesmo e os outõis terão quatro pallmos de grosura de parede e a gursura das paredes das capellas de sinquo pallmos e estas paredes das capellas terão seu emtabollamneto por syma e nas empenas serão conforme as do corpo da igreja que respondão hũas com as outras. He farão hum campanaryo conforme ao da Myziryrcordya da cidade do Porto e o tamanho delle sera conforme ao sino e conforme pareser a elle provedor e jrmãos e mestres e a parede o puder sostemtar e sera posto omde pareser bem ao provedor e jrmãos. Farão mais duas callunas que tenha cada hũa sua tasa que sirvão

d'augua benta com sua vaza capitell doriqo e na parede dous cartõis pera responderem ao ollivell com hos capiteis das collunas para sobre ella se porem as traves do forro que sobre ellas se ha de armar (fl. 54) e os cunhais de toda esta obra sera d'escadria e de boa pedra e muito bem lavrada e toda a pedra que ouver de ser lavrada d'escadria asy das capellas como dos cunhais toda sera da Madanella ou d'outra tam boa como nella ou melhor que menos não e sera delles mestres toda ha pedra d'escadrya da dita igreja pera que se haproveite della e assy a d'alvenaria tyrado as ameas. E ho provedor e e jrmãos lhe darão toda ha quall e saibro como fica dito e pollo dito preso no modo que dyto fica diserão elles mestres que todos juntos e cada hum por sy e hum por todos farião a dita obra em termo de hum ano e meo que comesara pello pymeiro dia de Maio que vem deste presente ano de noventa e nove anos. E que as paguas se lhes farão pollo provedor e jrmãos pollo modo seguynte. Convem a saber por symquo paguas as quatro pymeiras a sento e sincoenta (fl. 54v^o) mill reis que se lhes jrão dando conforme a obra que forem fazendo e loguo na entrada lhes darão no premsipio da obra por pymeira pagua semto e simquoenta mill reis e no fim da obra sem mill reis que todo soma ha sobredita contya e preso de setecentos mill reis. E que sendo caso que o provedor e jrmãos que hao tempo forem e ao prezemte são lhe derem o dinheiro e lhe fizerem os ditos paguamentos serão obrigados a cabar a dita hobra no dito tempo e não lho damdo a farão e comtynuarão com ella a todo ho tempo que lho derem. He ho provedor e jrmãos em seu nome e de seos sosesoires que hao diamte forem se hoberguarão a fazer bom este comtrato e fazer lhes os paguamentos na forma sobredita e ate ha comtia de quinhentos mil reis elles mestres não sesarão com ha obra sobredita nem ho provedor e jrmãos que aguora são e ao diante forem sesarão com hos (fl. 55) paguamentos diguo com has paguas conforme a obra que se for fazemdo ate comtia de quinhentos mill reis. E elles mestres atras nomeados serão hoberguados antes

que resebão a dar fiador ou habonador a este comtrato e ao que receberem que seja a contento do provedor e jrmãos da casa o qual sera desaforada e obriguado a responder nesta villa diante ho juiz ordinario della. E elles mestres se hoberguarão a cumprir o sobredito e por rezão deste comtrato renunsiarão has justisas de seu foro e todos hos previllegios e lyberdades especial a de dereyto em seu favor comsedidos e se hoberguarão a responder amte os juyzes ordinarios desta vylla. E a todo asy ho cumprirem como dito he se hoberguarão hūs e outros de mão comum e comum comsemtymto cada hum por sy e hum pello todo e pollo melhor parado para ho que obrigarão suas pesonas e todos seus bēns moves he de raiz avydos e por aver que oje tem (fl. 55v^o) e ao diante tyverem. E o provedor e jrmãos obrigarão os bēes e fazenda da casa da Santa Misyrircirdya todos e especiallmente os leguados e eramsa que deixou a casa o lesemseado Jeronimo Vellozo. E assim ho aceitarão hūs e outros e mandarão ser feito este estromento de comtrato e obriguacão nas notas de mim tabeliam e dar os trellados que compryrem e o asynarão hūs e outros, estando por testemunhas Pero Pinto Cordeyro e Manoell da Fomsequa e Jorge Bareto cryado do provedor Jeronymo da Rocha. Declararão mais elle provedor e jrmãos que por rezão de se não tratar das tres frestas da cortyna da banda das offecynas que neste comtrato se meterão de novo, allem dos setecentos mill reis darão mais dez mill reis aos mestres por as fazerem. E asy aseitarão hūs e outros (fl. 56) e fycarão de nenhum delles jr nem vir comtra esta escretura e o aseitarão e asynarão como dyto he estando as testemunhas sobreditas presentes que aquy asynarão. Eu Sallvador Dias taballião do publyco e judisiall em esta villa de Villa do Comde e na da villa da Povoa de Varzim e seos termos por ell Rey Nosso Senhor que este estromento de comtrato e obrygoasão em o meu livro de notas tomey e delle ho trelladey e o consertey com ho proprio e aquy nelle asyney de meu publyco synall que tal he. Risquey// con//».

Segue-se o sinal do tabelião.